



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

NEWTON RIBEIRO MACHADO NETO

**MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: O MUSEU MONOGRÁFICO DE
CONIMBRIGA**

Brasília, DF

2021

NEWTON RIBEIRO MACHADO NETO

**MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: O MUSEU MONOGRÁFICO DE
CONIMBRIGA**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da
Informação, da Universidade de Brasília – UnB, como
parte dos requisitos para obtenção de título de
Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Fernandes Considera

Brasília, DF

2021

R484m Machado Neto, Newton Ribeiro

MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: O MUSEU
MONOGRÁFICO DE CONIMBRIGA/ Newton Ribeiro Machado Neto;
orientadora Andréa Fernandes Considera. - Brasília, 2021. 87 p.

Monografia (Graduação - Museologia) - Universidade de Brasília, 2021.

1. Arqueologia. 2. Museologia. 3. Musealização da Arqueologia. 4.
Conimbriga 5. Romanização. I. Considera, Andréa Fernandes,
orientadora. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Musealização da arqueologia: o museu monográfico de Conímbriga.

Aluno: Newton Ribeiro Machado Neto

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Andréa Fernandes Considera - Orientadora

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História - UnB

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Membro

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Margareth de Lourdes Souza - Membro

Servidora pública no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Doutora em Arqueologia - USP

Em 18/05/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 19/05/2021, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério**



Superior da Faculdade de Ciência da Informação, em 21/05/2021, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Margareth de Lourdes Souza, Usuário Externo**, em 24/05/2021, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6684303** e o código CRC **7216BE45**.

Referência: Processo nº 23106.055137/2021-51

SEI nº 6684303

Dedico este trabalho acadêmico a meus pais, que despertaram em mim a curiosidade e o interesse por conhecer um mundo bem mais amplo, tanto no espaço quanto no tempo. E à minha família, que sempre me incentivou e apoiou em todas as minhas buscas. A todos, meu amor e gratidão infinitos.

AGRADECIMENTOS

Estudar Museologia na Universidade de Brasília (UnB) foi, para mim, a oportunidade de me dedicar a uma área de conhecimento que esteve sempre presente em minha vida. Desde criança, tenho um interesse especial pelos museus e pelas portas que estes abrem para as conexões entre o que fomos no passado, o que somos no presente e o que poderemos ser no futuro. Minha gratidão eterna a meus pais e a toda a minha família, em especial à minha esposa Leonor e minha filha Naomi, por terem estimulado e apoiado minhas pesquisas.

Durante o curso, pude aprender desde os aspectos práticos do funcionamento de um museu até as reflexões sobre seu importante papel na construção e preservação da memória e do patrimônio. Descobri a amplitude da Museologia, um espaço de infinitas possibilidades de realização. Interessei-me por novos temas, como o Patrimônio e a Documentação. Resgatei interesses antigos, como a Heráldica, a Medalhística, a Numismática e a Filatelia, passando a olhar para estas de uma forma profissional, mas nem por isso menos apaixonada. Enfim, pude fazer o curso que gostaria de ter feito há quarenta anos, quando iniciei minha formação acadêmica, se tivesse tido então esta possibilidade. Mas o fato de ter chegado até aqui comprova que nunca é tarde para buscar aquilo que realmente queremos fazer. Serei eternamente grato a todos que contribuíram para esta realização.

Voltar aos estudos depois de tanto tempo foi uma experiência desafiadora e gratificante. A convivência com colegas tão mais jovens foi uma vivência extraordinária. Senti-me rejuvenescido e dinamizado pelo contato com pessoas tão especiais e que contribuíram muito para ampliar meus horizontes, reciclar meus conceitos e estimular-me a prosseguir na busca de novos conhecimentos. Guardarei sempre as lembranças das aulas, dos trabalhos em grupo, das visitas técnicas, das mediações, dos eventos, da exposição curricular e da Museotec, que tanto me ensinaram. Meu carinho e gratidão a todos e todas.

Agradeço também a todos os professores e professoras do curso de Museologia da UnB. Sinto-me privilegiado por ter aprendido com pessoas tão motivadas e comprometidas com a qualidade do ensino, apesar de todas as dificuldades existentes em uma universidade pública nas atuais circunstâncias. Guardarei para sempre os ensinamentos recebidos, muitos dos quais estão presentes neste trabalho de conclusão. Meus agradecimentos especiais à minha orientadora Andréa Fernandes Considera, pela sua paciência, por seu profundo conhecimento e pela generosidade em compartilhá-lo em todos os momentos.

“Há porém que dizer, e dessa isenção é muito capaz, que as ruínas de Conimbriga têm uma monumentalidade subtil, que vai solicitando devagar a atenção, e nem sequer as grandes massas das muralhas desequilibram a atmosfera particular do conjunto. Há realmente uma estética das ruínas. Intacta, Conimbriga terá sido bela. Reduzida ao que hoje podemos ver, essa beleza acomodou-se à necessidade. Não crê o viajante que melhor pudesse ter acontecido a estas pedras, a estes excelentes mosaicos, que em alguns lugares a areia oculta, para sua preservação”.

José Saramago, em *Viagem a Portugal*, 1995

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar o Museu Monográfico de Conimbriga - Museu Nacional (MMC-MN), situado na região Centro de Portugal, à luz da evolução e das intersecções das disciplinas da Arqueologia e da Museologia. A metodologia utilizada teve por base as referências bibliográficas e iconográficas disponíveis, bem como informações colhidas com a equipe técnica e visitas ao museu e ao sítio arqueológico. São analisadas as diversas modalidades de musealização de acervos e sítios arqueológicos empregadas ao longo das últimas décadas e sua expressão no MMC-MN, tanto no que se refere a suas atividades de exploração arqueológica quanto ao seu discurso expográfico. Apresenta-se a história da formação do sítio arqueológico de Conimbriga, o processo de criação do MMC-MN, sua situação atual os desafios que enfrenta, como a defasagem de seu programa museográfico, as expectativas dos visitantes e os problemas decorrentes do relacionamento com a comunidade à sua volta, bem como suas perspectivas, potencialidades e responsabilidades como instituição de tutela de uma parte significativa do patrimônio histórico e cultural de Portugal

Palavras-chave: Arqueologia. Museologia. Musealização da Arqueologia. Conimbriga. Romanização.

ABSTRACT

This work aims to study the Monographic Museum of Conimbriga - National Museum (MMC-MN), an archaeological museum located in the Center of Portugal, in the light of the evolution and the intersections of the disciplines of Archaeology and Museology. The methodology used was based on available bibliographic and iconographic references, as well as information collected from the technical team and visits to the museum and the archaeological site. The various modalities of musealization of collections and archaeological sites over the past decades and their reflections on the MMC-MN are analyzed, both in terms of their archaeological prospection activities and their expographic discourse. The history of the formation of the archaeological site, as well as the creation of the MMC-MN and its current situation are presented. Also addressed are the challenges posed to the museum in the face of the present scenario, such as the need to renew its museographic program, the changing perceptions of its visitors and the problems arising from the relationship with the surrounding community, as well as its perspectives, resources and responsibilities as an institution in charge of a significant portion of the historical and cultural heritage of Portugal

Keyword: Archeology. Museology. Musealization of Archeology. Conimbriga. Romanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Povoamento pré-romano da Península Ibérica	19
Figura 2: Organização administrativa romana	21
Figura 3: Localização de Conimbriga	24
Figura 4: Vista geral de Conimbriga	25
Figura 5: Conimbriga e a Muralha do Baixo Império em 1935	28
Figura 6: Escavações em Conimbriga	29
Figura 7: Localização do Museu Monográfico de Conimbriga	32
Figura 8: O Museu Monográfico de Conimbriga em 1962	33
Figura 9: Planta baixa do Museu Monográfico de Conimbriga	34
Figura 10: Jardins do Museu Monográfico de Conimbriga	35
Figura 11: Salas de Exposição do Museu Monográfico de Conimbriga	39
Figura 12: Vitrine da Sala A, com materiais empregados nas construções romanas	40
Figura 13: Entrada e painel interativo da Sala A	40
Figura 14: Maquete do Fórum de Conimbriga, na Sala B	41
Figura 15: Mosaicos romanos e vitrines da Sala C	42
Figura 16: Altares e placas funerárias na sala D	43
Figura 17: Vitrine apresentando o trabalho em pedra	44
Figura 18: Vitrines do corredor do MMC-MS	46
Figura 19: O Museu do Portugal Romano de Sicó - PO.RO.S.	47
Figura 20: Detalhes da exposição de longa duração do PO.RO.S.	48
Figura 21: Quiosque do PO.RO.S no saguão do MMC-MS	49
Figura 22: Cartazes de atividades promovidas pelo MMC-MN	54
Figura 23: Festival “Condeixa - Vislumbre de um Império”	55
Figura 24: Catálogos e publicações do MMC-MN	56
Figura 25: Página do MMC-MN no Google Arts and Culture	57
Figura 26: Pedreira de mós e monumento aos cabouqueiros de Condeixa-a-Velha	58
Figura 27: Entradas do anfiteatro de Conimbriga, em Condeixa-a-Velha	59
Figura 28: Moradores de Condeixa-a-Velha nas escavações de Conimbriga	60
Figura 29: Castellum de Alcabideque, início do aqueduto de Conimbriga	61
Figura 30: Muralha de Conimbriga	64

LISTA DE ABREVIACÕES

DGPC Direção Geral do Patrimônio Cultural

DGEMN Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

FLUC Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

IBRAM Instituto Brasileiro de Museus

ICOM Conselho Internacional de Museus

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MMC-MN Museu Monográfico de Conimbriga - Museu Nacional

MNMC Museu Nacional Machado de Castro

PO.RO.S Museu Portugal Romano em Sicó

UnB Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO	4
1.1. Arqueologia e Museologia	4
1.2. Museus e suas funções	6
1.3. A Musealização da Arqueologia	7
1.3.1. Coleta de Objetos	10
1.3.2. Reconstrução de Estruturas	10
1.3.3. Sítio Arqueológico Musealizado	12
1.4. Os Museus de Arqueologia	14
1.4.1. Origem e Transformação	14
1.4.2. Características distintivas	15
1.4.3. Museus de Arqueologia no Brasil e em Portugal	17
CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO SÍTIO DE CONÍMBRIGA	20
2.1. Portugal antes dos romanos	20
2.2. A romanização do território português	21
2.3. Conimbriga no contexto do império romano	24
2.4. Invasões germânicas e muçulmanas	27
2.5. Decadência e abandono de Conimbriga	28
2.6. Campanhas de escavação e restauração	29
2.7. Criação do Museu Monográfico de Conimbriga	32
2.8. O MMC-MN hoje	36
CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS PRÁTICAS DO MMC-MN	39
3.1. A museografia do MMC-MN	39
3.2. Crítica da Expografia	44
3.3. O Museu do Portugal Romano de Sicó (PO.RO.S.)	47

3.4. O Público do MMC-MC	51
3.5. Outras ações do MMC-MN	54
3.6. Relacionamento com a comunidade	58
3.7. Desafios e propostas	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é estudar, por meio de reflexão teórica e estudo de casos práticos, as relações entre a Museologia e a Arqueologia, materializadas no tratamento museológico de um sítio arqueológico. Ao estudar a maneira como ambas as disciplinas interagem e influenciam na gestão do sítio arqueológico romano de Conimbriga, na região de Coimbra, em Portugal, é possível compreender como o processo de musealização da Arqueologia elabora uma determinada representação do passado, a partir das várias concepções teóricas de ambas as disciplinas, concepções estas cuja evolução nem sempre são refletidas no discurso museográfico da instituição.

Estudar um museu arqueológico em Portugal traz a possibilidade de comparar a maneira pela qual as questões museológicas se apresentam e são tratadas em uma instituição que, embora situada em outro país, guarda muitas semelhanças com seus congêneres do Brasil. A comparação entre as práticas arqueológicas e patrimoniais também relevam paralelos e contrastes, na medida em que a longa história de explorações e a valorização do passado como vetor da identidade nacional portuguesa (NABAIS, 1999, p.75) opõe-se à pouca divulgação dada, até recentemente, às pesquisas sobre os vestígios de nossa história pré-colonial (BRUNO, 2013, p.13). Evidencia-se, contudo, uma crescente aproximação entre as disciplinas nos dois países, o que reforça a relevância do presente estudo.

No decorrer do trabalho, são analisadas as recentes concepções da musealização de sítios arqueológicos e a evolução das técnicas museográficas. Como metodologia, partiu-se de uma pesquisa de fontes bibliográficas e iconográficas, além de contatos com a equipe técnica do MMC-MN e visitas de campo. A elaboração de um referencial teórico permitiu uma melhor compreensão das relações entre as disciplinas da Arqueologia e da Museologia e das questões decorrentes do processo de musealização de sítios arqueológicos, bem como a comparação das práticas dos museus de Arqueologia no Brasil e em Portugal. Observou-se um processo de evolução das referidas práticas, o que demanda uma revisão do escopo de museus como o MMC-MN, fazendo com que deixem de ser um mero repositório de objetos e voltem-se mais para a interpretação do território onde estão instalados e para o relacionamento

com seu entorno, a partir de novos contributos teóricos como a Arqueologia da Paisagem e a Arqueogeografia, que serão detalhados oportunamente.

A cidade de Conimbriga localiza-se na antiga via imperial que ligava Lisboa a Braga, numa região que contém um dos mais ricos acervos arqueológicos de Portugal, com muitos vestígios das eras proto-histórica¹ e romana. Possui uma longa e conturbada história, trazendo em seu território as marcas dos diversos povos e culturas que por ali passaram.

O sítio de Conimbriga tem sido estudado e escavado desde o final do século XIX. Os vestígios arquitetónicos e os objetos recuperados nestas escavações foram, em sua maioria, musealizados *in situ*², com uma parte destes exposta em um museu constituído especialmente para conservar e apresentar seu acervo arqueológico, denominado Museu Monográfico de Coimbra - Museu Nacional (MMC-MN).

A prática museográfica do MMC-MN, mantida sem alterações nas últimas décadas, contrasta com seu protagonismo como centro de pesquisa e exploração arqueológica. A análise apresentada neste estudo evidencia sua desatualização, especialmente quando comparado com outros museus e instituições semelhantes, com discursos curatoriais e recursos expográficos mais dinâmicos e efetivos.

A percepção de seu público, registrada por um estudo da instituição gestora do patrimônio cultural em Portugal, converge no sentido de que o museu deveria adotar mudanças, tanto no que se refere ao sítio arqueológico quanto às salas de exposição. Mesmo assim, o MMC-MN continua a ser um dos museus mais visitados de Portugal, atraindo significativa proporção de visitantes estrangeiros (DGPC, 2019, p.35).

Outra questão abordada no estudo é o relacionamento entre o MMC-MN e a vizinha aldeia de Condeixa-a-Velha. As explorações do sítio arqueológico causaram a desapropriação de terras agrícolas e o fim de ofícios tradicionais da aldeia, gerando ressentimentos que ainda hoje afetam a percepção dos moradores sobre o museu e suas atividades. São apresentadas algumas possíveis ações no sentido de estreitar os laços entre o MMC-MN e a comunidade, de modo a que esta sinta-se beneficiada pelo valioso patrimônio cultural em sua vizinhança.

¹ A proto-história equivale aproximadamente às eras dos metais (Cobre, Bronze e Ferro), entre 3.300 a.C e 1.000 d.C.

² No local, em Latim.

O MMC-MN tem diante de si muitos desafios a enfrentar. Dispõe, contudo, de um vasto patrimônio histórico e cultural, com muitas possibilidades abertas para sua pesquisa, preservação e disseminação entre os diversos públicos de referência, contribuindo assim para a valorização do território onde está situado.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Arqueologia e Museologia

Dado o objetivo deste trabalho ser o estudo da musealização da Arqueologia, a partir do caso do MMC-MN, cabe apresentar, de início, alguns conceitos básicos sobre estas disciplinas. A Arqueologia tem como objeto de estudo a cultura material da humanidade e os resultados de sua ação sobre a natureza, visando gerar conhecimento sobre as sociedades do passado. Como disciplina, caracteriza-se por sua interdisciplinaridade e por operar em duas dimensões simultaneamente: o tempo e o espaço.

A interdisciplinaridade é imprescindível no exercício da arqueologia, simplesmente porque não existe arqueologia “pura”. A definição mais básica de arqueologia, como sendo o estudo de artefatos operacionalizado por meio do conceito de cultura, já coloca dois campos acadêmicos distintos em contato: o mundo material, geralmente objeto de estudo das “*hard sciences*”, com o mundo das ideias, mais próximo das Humanidades. Porém, não podemos nos esquecer de que o organismo responsável pela elaboração desses artefatos é um ser vivo, e seu entendimento tem que passar também por uma abordagem biológica. Não bastasse isso, os artefatos produzidos por esse ser, que é ao mesmo tempo cultural e biológico, estão, na maior parte das vezes, imersos em uma matriz sedimentar, objeto das Ciências da Terra. Por fim, coroando toda essa diversidade, a abordagem teórica utilizada na explanação desses fenômenos culturais tem que dar conta de mudanças que ocorrem ao longo do tempo e do espaço, dentro de uma ontologia materialista e evolutiva, que separa claramente a Arqueologia de suas disciplinas irmãs. Em suma, a arqueologia é a rainha da interdisciplinaridade (ARAÚJO, 2018, p.300).

Os vestígios materiais, foco de estudo da Arqueologia, são recuperados por meio de prospecções, no caso de edificações e objetos que estão na superfície, e de escavações, quando se trata de sítios cobertos por sedimentos de diversas origens. Em sua atuação, compartilha conceitos e metodologias com outras ciências, utilizando sempre uma abordagem interdisciplinar no estudo da cultura material (FUNARI, 2003, p.18).

Um destes conceitos é o da estratigrafia, emprestado da Geologia e que constitui a metodologia básica de trabalho arqueológico. A estratigrafia pressupõe que a Terra é formada pela deposição de sucessivas camadas ao longo do tempo; estas camadas podem ser identificadas por cortes estratigráficos verticais, por meio dos quais é possível compreender o processo de deposição e identificar a época em que cada camada foi formada. Um dos pressupostos da estratigrafia é que as camadas mais profundas são mais antigas que as que estão mais próximas da superfície (GENOVEZ, 2012, p.31). Este conceito, quando aplicado na Arqueologia, permite datar as estruturas e os objetos encontrados, estabelecendo uma cronologia que assegure uma melhor compreensão dos vestígios e de seu contexto físico e histórico.

A conceituação de Museologia é um processo ainda em construção, com diferentes formulações a partir do ponto de vista de diversos teóricos. Ao longo das últimas décadas, observou-se uma ampliação do escopo da Museologia, partindo de definições construídas com base em seus aspectos operacionais para conceituações ligadas a seu papel social e à relação do homem com a realidade.

Para Georges-Henri Rivière, a Museologia é uma ciência aplicada, que trata do museu em seus aspectos históricos, bem como do seu funcionamento e papel na sociedade (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.61). Para Stransky, a Museologia aborda a relação do homem com a realidade, expressa no ato de selecionar objetos e inseri-los em um novo contexto, de forma a assegurar sua preservação, interrompendo sua decadência e atribuindo a eles novos usos (MENSCH, 1994, p.11). Waldissa Rússio considera a Museologia como uma ciência nova e em processo, com um objeto de estudo próprio, o fato museal. Criado a partir do conceito de fato social de Durkheim, o fato museal é a relação estabelecida entre homem e objeto, que ocorre no contexto do museu (CARVALHO, 2011, pp.151-152).

Mesmo tratando-se de áreas de conhecimento ainda em construção, é possível observar uma convergência entre a Museologia e a Arqueologia, na medida em que os vestígios da cultura material do passado são ressignificados por sua descoberta, estudo e comunicação. Expostos em museus, ou musealizados em sítios arqueológicos, estes vestígios tornam-se acessíveis ao público e ganham novos sentidos, permitindo a ocorrência do fato

museal e o estabelecimento de novas relações entre as pessoas e um aspecto da realidade até então oculto e desconhecido.

1.2. Museus e suas funções

O Conselho Internacional de Museus (Icom), em sua atual definição de museu, apresenta como suas funções a conservação, investigação, comunicação e exposição do patrimônio. Nesta definição estão contempladas as funções básicas da atividade museal, ou seja, a aquisição, conservação, investigação, comunicação e exposição de objetos representativos da cultura e patrimônio, que em conjunto compõem o processo de musealização (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.57).

Cabe observar que esta definição abarca não apenas o patrimônio material e imaterial, mas também o seu meio envolvente (*Ibidem*, p.64). O conjunto de responsabilidades dos museus vai além do cuidado com suas coleções, envolvendo também o seu território, como evidenciado pela escolha do tema “Museus e Paisagens Culturais” para o Dia Internacional dos Museus em 2016. O papel dos museus na gestão e no cuidado da paisagem cultural implica desenvolver a sua vocação natural, expandindo suas responsabilidades desde as coleções até o patrimônio e o território. E no caso dos museus de Arqueologia, notadamente aqueles ligados a sítios arqueológicos, um desafio adicional é como transformar um campo de ruínas em uma paisagem cultural que seja, “de algum modo, um mundo ideal, inebriante, impregnado de sentidos, de história e de sinais de vida - sons, odores, etc.” (ICOM PORTUGAL, 2016, p.12).

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), as paisagens são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza”. Entre estas, encontra-se a Paisagem Relíquia ou Fóssil, que é definida como

a paisagem-produto, resultante de um processo evolutivo que já teve um fim, com marcas materiais ainda visíveis, como sítios arqueológicos com vestígios materiais de cidades cuja civilização foi extinta ou, simplesmente, conjuntos edificados não utilizados (FIGUEIREDO, 2013. p.91).

O conceito de paisagem cultural e a importância atribuída pela Unesco à sua preservação reforçam a necessidade da preservação dos vestígios arqueológicos *in situ* e de

sua valorização como um elemento essencial do território e da identidade das comunidades locais. Esta nova concepção traz consequências relevantes para o processo de musealização da Arqueologia.

A ideia de paisagem como uma construção social também está na base de duas recentes contribuições para a Arqueologia. Uma delas é a Arqueologia da Paisagem, que considera o território como um elemento ativo na dinâmica das sociedades. A partir de uma perspectiva multidisciplinar, a Arqueologia da Paisagem busca entender as relações que as comunidades mantêm com seu meio ambiente em suas dimensões física, social e cultural, ao longo do tempo e do espaço (KORMIKIARI, 2014, p.5).

Outro aporte teórico relevante para a Arqueologia e para o estudo dos territórios é a Arqueogeografia, que estuda a relação entre a sociedade e a paisagem numa perspectiva de longa duração. Segundo Sandrine Robert, uma das principais proponentes desta disciplina, “a Arqueogeografia estuda a transmissão das formas de organização espacial humana através do tempo. (ROBERT, 2011, p. 1). Baseia-se, assim, na análise das formas, dos espaços e dos territórios produzidos pelas sociedades, concentrando-se mais em sua dinâmica e persistência ao longo do tempo, do que no estudo dos vestígios do passado, feito pela Arqueologia.

Estas novas contribuições para o campo da Arqueologia têm possibilitado que seu foco deixe de ser exclusivamente o estudo dos vestígios em seu microcontexto, para incorporar uma visão de território ampliado e de sua dinâmica em uma perspectiva temporal alargada. Assim, deixa-se de olhar apenas para o objeto musealizado como símbolo de uma determinada cultura, passando a considerá-lo no contexto das transformações geradas por essa cultura no ambiente, que deixaram suas marcas no território ao longo dos tempos.

As mudanças trazidas por essas novas abordagens fazem com que os museus de Arqueologia tenham que lidar com novas questões e desafios quanto à maneira pela qual apresentam a cultura material e seus artefatos, agregando o território e a paisagem como dimensões de igual importância museológica.

1.3. A Musealização da Arqueologia

A musealização refere-se à transformação de objetos em documentos, a partir da extração do seu contexto original e da atribuição de novos sentidos (LOUREIRO, 2013, p.1).

Desta forma, o objeto perde as funções originais para as quais foi criado e utilizado, assumindo um novo papel a partir de sua transformação em *musealia*³: o de testemunho de uma época, de uma cultura ou de um fato histórico.

Ao abordar os materiais que dão uma dimensão concreta à memória e à história, Le Goff classifica-os em duas categorias: documentos e monumentos:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador (LE GOFF, 1990, p. 535).

Portanto, os monumentos são, na visão de Le Goff, o resultado da ação do tempo sobre as obras produzidas pela humanidade. Esta definição aplica-se de modo especial aos sítios arqueológicos, entendidos aqui como repositórios da cultura material de culturas e civilizações desaparecidas.

É possível fazer-se uma distinção entre os objetos e construções criadas com a finalidade de memorializar um fato ou uma pessoa, como moedas comemorativas ou arcos triunfais, e aqueles elaborados com objetivos meramente utilitários e sem pretensões de registro histórico. Alois Riegl diferencia as produções intencionais (monumentos volíveis), cujo significado é atribuído pelo autor, das não intencionais (monumentos não volíveis), com significado atribuído por quem entra em contato com estas na atualidade: “seu significado e importância não provêm da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles” (RIEGL, 2014, p.36). Os vestígios materiais do passado, independentemente da intencionalidade e do objetivo de sua criação, estarão sujeitos às mesmas forças do tempo e da história. Tem, assim, igual importância tanto para a Museologia quanto para a Arqueologia.

Da mesma maneira que um objeto do cotidiano pode assim assumir novos significados, operando como um símbolo de uma determinada cultura e de seu modo de vida, os sítios arqueológicos também podem ser considerados como produtores de informações e

³ Objeto de museu.

conhecimentos, por meio dos vestígios que são deles extraídos ou por sua musealização *in situ*. Neste processo, os objetos e sítios passam pelas atividades museológicas de conservação, pesquisa e comunicação, de forma a assegurar tanto a preservação de sua materialidade quanto a de seu contexto e significados, tornando-os acessíveis para o público e para as gerações futuras (Icom, 2013, p.80).

Assim como a Museologia, a Arqueologia configurou-se como uma área de conhecimento na segunda metade do século XIX, autonomizando-se em relação à História, da qual era até então considerada como uma disciplina auxiliar⁴. Sobre as profundas relações entre a Arqueologia e a Museologia, é possível dizer que

A arqueologia como ciência, e não a simples ação de tirar objetos da terra ou do fundo do mar, é completada pela museologia, que conserva e apresenta o objeto arqueológico como testemunho da sociedade que o produziu e o utilizou. (NABAIS 1999, p. 77)

Os museus de Arqueologia compartilham inúmeras características com as demais tipologias de instituições museológicas. Contudo, guardam algumas especificidades, em vista de suas coleções e do fato de terem, muitas vezes, sua criação e existência vinculadas a um determinado sítio arqueológico.

Paralelamente à evolução da arqueologia, sobretudo no decorrer do último século, uma evolução que é adquirida com base nas experiências e no tempo, também os museus arqueológicos ganharam novos conceitos, funções, propósitos e públicos. A função de um museu arqueológico vai já para além das suas meras funções de repositório de materiais com valor patrimonial a expor e conservar. Ele é, por excelência, um espaço de lazer, de comunicação e de conhecimento. Mas, para além das funções internas que desempenha, ele é, conseqüentemente, como equipamento público localizado num determinado sítio, um “motor em constante rotação” capaz de gerar valores e oportunidades para a sociedade que com ele contacta (COELHO, 2016, p.59).

Ao longo de sua história, a Arqueologia seguiu diferentes abordagens no que se refere à maneira de lidar com os sítios e vestígios resultantes de suas pesquisas e escavações, o que se refletiu diretamente nas funções, na estrutura e no discurso expositivo dos museus

⁴ Esta situação ocorre de forma mais intensa em Portugal. No Brasil, por exemplo, havia uma seção de Arqueologia no Museu Nacional, que era um museu de história natural.

arqueológicos. De forma sucinta, podemos contemplar três etapas nesse processo. Num momento inicial, com as descobertas realizadas até meados do século XIX, o grande objetivo era a busca por objetos valiosos, com qualidades estéticas e de importância histórica. Num segundo momento, o foco deslocou-se dos objetos para as ruínas, que passaram a atrair a atenção do público. Finalmente, observa-se hoje a preocupação com a musealização do sítio arqueológico e a sua valorização como patrimônio histórico e cultural. Vejamos cada um destes momentos.

1.3.1. Coleta de Objetos

A imagem tradicionalmente associada à prática da Arqueologia é a da busca de objetos antigos e raros, retirados de seus locais de origem para fazerem parte de coleções particulares ou de museus especializados. Esta imagem, bastante reforçada pelos filmes de aventura, reflete a concepção prevalecente no século XIX, quando a Arqueologia firmou-se como área de conhecimento, e que poderia ser definida, de maneira simplista, como:

Os Museus ficam com as coisas que os arqueólogos desenterraram, mantêm-nas, colocam-nas em exposição e interpretam-nas para o público. (SWAIN, 2007, p.12, apud ANTAS, 2013, p. 89).

Em seus primórdios, quando ainda era vista como uma disciplina auxiliar da História⁵, a prática da Arqueologia estava voltada essencialmente para a busca de vestígios materiais do passado, com o fim de estabelecer a origem da humanidade e das civilizações extintas. São exemplos dessa concepção, no âmbito do mundo romano, as escavações realizadas nas cidades de Pompéia e Herculano e as primeiras campanhas em Conimbriga, ocorridas no final do século XIX. A Arqueologia daquele período priorizava a descoberta e extração dos objetos, sem maiores preocupações com o registro do contexto arqueológico das descobertas.

1.3.2. Reconstrução de Estruturas

Durante os anos 1930/1940, o conceito do sítio arqueológico visitável passou a ganhar espaço em Portugal e em outros países da Europa, resultando na criação de estruturas para facilitar o acesso e a movimentação de visitantes, além de intervenções feitas não apenas para estabilizar os vestígios existentes, mas também para produzir "uma ruína com melhor

⁵ A vinculação com a História é uma característica da Arqueologia portuguesa. No Brasil, há uma maior proximidade com a Antropologia.

aspecto" (FABIÃO, 2020). Um exemplo é o sítio de Ostia, próximo a Roma, na Itália. Esta cidade portuária romana passou por ampla escavação e reconstrução entre 1938 e 1942, para uma Exposição Mundial que terminou por não ocorrer. O sítio arqueológico de Conimbriga sofreu processo semelhante na mesma época, quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) “realizou um extenso programa de reconstrução, onde a vontade de restauração se sobrepunha ao rigor da investigação” (ALARCÃO, 2006, p.208). Estas tentativas de reconstrução dos vestígios do passado levaram à criação de “falsos históricos”, distantes do proposto nas Cartas Patrimoniais de Atenas (1933) e de Veneza (1964).

Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar. (Carta de Atenas, item 70, 1933).

Segundo Maria Cristina Oliveira Bruno, “o conceito de Musealização da Arqueologia (...) está vinculado, sem dúvida, às estreitas reciprocidades entre as instituições museológicas e os vestígios arqueológicos ao longo dos tempos” (BRUNO, 2014, p.6). Ao discutir as relações entre estas duas áreas de conhecimento, a autora procura delimitar o campo da Musealização da Arqueologia a partir das especificidades e convergências entre elas:

Reunindo as ações museológicas direcionadas para as implicações da memória com as suas respectivas interferências na constituição do patrimônio, pode-se reconhecer que a especificidade da Museologia está na administração dos sistemas da memória, que se alimenta das influências dos territórios da memória e colabora com a construção e o tratamento dos indicadores inerentes à memória dos territórios. Nesse contexto, a Musealização da Arqueologia está comprometida com o estabelecimento de vínculos que aproximem os vestígios arqueológicos herdados das sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais que influenciam essas aproximações e, ainda, com a busca de procedimentos técnico-científicos que permitam a realização de ações de salvaguarda e comunicação dos bens patrimoniais arqueológicos (BRUNO, 2017, p.9).

1.3.3. Sítio Arqueológico Musealizado

Atualmente, considera-se a Arqueologia como "o estudo da cultura material que busca compreender as relações sociais e as transformações na sociedade" (FUNARI, 2018, p.15). Neste sentido, os vestígios arqueológicos devem ser conservados preferencialmente *in situ*, de forma a mantê-los em seu ambiente original, evitando ainda que as informações sobre seu contexto sejam destruídas pela extração dos objetos. A manutenção do património cultural em sua localização original, pela sua musealização, permite que ocorra a "observação e participação protagonista" da população local, cujas memórias são valorizadas e reforçadas pela proximidade do sítio arqueológico (MELLO, 2015, p.28).

A musealização pode ser definida como "a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu" (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.56). No processo de musealização, os objetos "são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam". O objeto, uma vez despojado de suas funções originais, fica submetido aos processos museológicos de preservação, pesquisa e comunicação (*Ibidem*, p.57).

No caso de um sítio arqueológico, o termo "objeto" pode referir-se tanto aos artefatos encontrados em escavações quanto ao próprio território onde estão localizados os vestígios. Por exemplo, a área hoje ocupada pelo sítio da Conimbriga perdeu a sua função original de terreno de cultivo agrícola para tornar-se *musealia*, ou objeto musealizado, após sua aquisição pelo Estado e o início das escavações sistemáticas. Com esta transformação, o sítio passou a receber ações de estabilização e preservação de suas ruínas e dos demais vestígios encontrados. Estes passaram a ser documentados e pesquisados, sendo posteriormente exibidos para o público em geral, seja por meio de exposições convencionais em uma sala de exposição, seja por meio de percursos orientados ao longo do sítio propriamente dito.

A Museologia constituiu-se como disciplina ao longo do século XX, embora instituições e pessoas ligadas ao colecionismo existam desde os primórdios da História. Ao longo de sua existência, os museus passaram igualmente por um processo de transformação, que vai desde os gabinetes de curiosidades, criados e mantidos por nobres e pessoas abastadas a partir do século XV, passando pelos grandes museus nacionais de meados dos anos 1800 e

chegando até os museus atuais, com sua grande diversidade de tipos, acervos, públicos e tecnologias.

Danièle Giraudy e Henri Bouilhet sintetizam a evolução recente dos museus como sendo a passagem do "museu-templo", mais associado à fruição sacralizada de objetos de gosto erudito, para o "museu-fórum", um espaço de discussão, diversidade, conflito e construção de conhecimento. (GIRAUDY e BOUILHET, 1990, p.28). Esta imagem remete a duas concepções de Museologia, distintas porém complementares: a Museologia Tradicional e a Nova Museologia.

A **Museologia Tradicional**, associada ao "museu-templo", tem como principais características a valorização dos objetos, apresentados ao público em um espaço delimitado e ordenado de acordo com as coleções ali expostas. A exposição segue um circuito bem definido, por onde o público transita de forma a entrar em contato com os objetos e os textos explicativos. Esta concepção é a mais facilmente encontrada em todo o mundo, e aplica-se aos diferentes tipos de museus, como os históricos, os artísticos e os científicos, entre outros.

A **Nova Museologia**, associada ao “museu-fórum”, surgiu como uma reação às limitações da Museologia Tradicional para atender a um mundo cada vez mais consciente de sua diversidade social e cultural. Uma das manifestações deste movimento é o ecomuseu, conceito criado no início dos anos 1970 por Hugues de Varine. O ecomuseu é

uma instituição museal que associa ao desenvolvimento de uma comunidade a conservação, a apresentação e a explicação de um patrimônio natural e cultural pertencente a esta mesma comunidade, representativo de um modo de vida e de trabalho, sobre um dado território, bem como a pesquisa que lhe é associada (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.66).

Ao avaliar as mudanças trazidas pelos ecomuseus, Hugues de Varine aponta a menor atenção dada à coleção permanente, privilegiando as memórias, artefatos, ofícios tradicionais e paisagens que as comunidades entendem como importantes para a definição de sua identidade. Os ecomuseus fogem assim do modelo do museu tradicional, configurando-se a partir da realidade que os cercam e sobrepondo-se a outras tipologias, "como os centros de interpretação, os parques naturais, os sítios históricos, lugares de interesse turístico e parques temáticos" (VARINE, 2005, s/n).

Os museus de Arqueologia tendem a aproximar-se mais da Museologia Tradicional, com exposições estáticas que apresentam seus conteúdos de forma geralmente cronológica, e com um discurso expositivo voltado para o reforço de uma determinada narrativa. Cabe lembrar, contudo, que estas categorias não são rígidas ou excludentes. Mesmo os museus de concepção mais tradicional podem apresentar iniciativas inspiradas pela Nova Museologia, de forma a levar ao público uma reflexão crítica sobre seu território, sua história e as diferentes narrativas que podem ser extraídas de um mesmo objeto. Museus de Arqueologia associados a um sítio arqueológico, como é o caso do MMC-MN, tem sob sua responsabilidade um determinado território, o que favorece uma abordagem museológica que vá além dos limites da Museologia Tradicional.

Mais recentemente, ganhou evidência a chamada Museologia Pós-Moderna, que discute questões como a descolonização das práticas museológicas, inserida "no movimento mais amplo de uma descolonização das mentalidades coloniais e das práticas sociais" (BRULON, 2012, p.39).

Outros temas emergentes da Museologia Pós-Moderna são a acessibilidade, a representatividade dos diversos segmentos da sociedade no discurso curatorial e a restituição de bens culturais levados para os museus europeus durante o período colonialista e imperialista. São temas que certamente pautarão as discussões sobre os museus nos próximos anos, e que terão desdobramentos nos museus de Arqueologia.

1.4. Os Museus de Arqueologia

1.4.1. Origem e Transformação

Os gabinetes de curiosidades tinham em suas coleções objetos arqueológicos e etnográficos, reunidos sob a categoria de *artificialia*, ou seja, artefatos criados por seres humanos, diferenciando-se assim dos *naturalia*, objetos coletados na natureza. “Muitas dessas coleções, que se formaram entre os séculos XV e XVIII, transformaram-se posteriormente em museus, tal como hoje são concebidos.” (JULIÃO, 2006, p.20).

Na segunda metade do século XIX, ocorreu na Europa um crescimento exponencial na quantidade de museus, com o surgimento de grandes instituições nacionais. Com este processo,

surgiu a necessidade de uma melhor organização das coleções. Torna-se, então, necessário classificar os acervos e organizar de modo mais sistemático o espaço do museu: a galeria de antiguidades torna-se museu arqueológico. Os objetos são reunidos, ordenados, não se misturam mais as antiguidades pré-colombianas, egípcias, gregas à pré-história e à arte asiática. (GIRAUDY, 1990, p.24).

Na Europa, a partir do século XIX, muitas coleções de objetos arqueológicos estavam vinculadas aos museus históricos, como parte de um discurso expositivo no qual os vestígios materiais do passado eram utilizados para comprovar e reforçar a origem de um determinado povo, local ou nação. Contudo, ainda hoje é frequente a existência de acervos arqueológicos com objetos trazidos de outras regiões e culturas, sem terem relação direta com a história do país onde se encontram. Esta coleta de bens culturais ocorrida em séculos passados é hoje objeto de acirradas controvérsias e disputas, com os países de origem dos objetos a reivindicar sua restituição. Um exemplo é a quantidade de coleções de artefatos egípcios em museus de diversos países, como no infelizmente destruído Museu Nacional do Rio de Janeiro, refletindo ainda uma prática herdada da época dos gabinetes de curiosidades.

1.4.2. Características distintas

Com a crescente especialização dos museus e o surgimento da Arqueologia como uma disciplina autônoma, surgiram os museus voltados prioritariamente para a guarda, estudo e apresentação dos vestígios da cultura material dos povos do passado (GIRAUDY, 1990, p.24). Os museus de Arqueologia em Portugal, ou as seções dedicadas à Arqueologia dentro dos museus históricos e regionais do país, encarregam-se da conservação, estudo e divulgação de acervos compostos muitas vezes por coleções de variadas procedências e períodos históricos, ou podem estar estreitamente vinculados a um único sítio arqueológico. Assim, podemos ter museus arqueológicos definidos pelo “caráter universalista de seu conteúdo, constituído de coleções difusas no tempo e no espaço”, ou voltados para o “tratamento patrimonial da memória local, elevando-a, algumas vezes, ao patamar das referências nacionais e universais” (SALADINO, 2016, p.293). Como exemplo do primeiro caso, pode-se mencionar o Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, um dos mais antigos de Portugal e com uma coleção que inclui desde múmias peruanas até as ruínas medievais da antiga igreja na qual está instalado.

O MMC-MN, dedicado exclusivamente ao sítio arqueológico da antiga cidade romana, é um exemplo do segundo caso.

Como visto anteriormente, o fato de muitos museus de Arqueologia, como o MMC-MN, estarem vinculados a um determinado sítio, de forma monográfica, torna-os mais próximos do conceito de museu de território. E como tal, tem melhores possibilidades de desenvolver trabalhos com uma abordagem voltada para seu entorno, e que "procurem captar as relações entre o homem e o território ao longo dos tempos e os sinais daí resultantes que dão corpo à identidade e memória desses territórios" (CARVALHO, 2016, p.55).

A transformação de um sítio arqueológico em um território musealizado não prescinde da implementação de espaços museológicos, seja em sua forma tradicional, seja com a criação de Centros de Interpretação e outras tipologias museológicas. A arqueóloga Lígia Fernandes, coordenadora do Museu de Lisboa - Teatro Romano, apresentou no recente III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (2020) uma classificação das diferentes possibilidades de musealização de sítios arqueológicos. São elas: museu de sítio, centro de interpretação, sítio arqueológico musealizado, sítio arqueológico visitável, sítio arqueológico consolidado e parque arqueológico. Esta extensa lista decorre da diversidade de tipologias e da variedade de situações que podem envolver um sítio arqueológico, o que leva a múltiplas possibilidades de musealização do patrimônio ali existente.

António Nabais, por sua vez, estabelece uma distinção entre os museus de sítio e a musealização de sítios. Segundo o autor, no primeiro caso o museu “recolhe, conserva, estuda e divulga, tem como objeto principal o sítio e os seus bens móveis (ex. Museu Monográfico de Conimbriga)” (NABAIS, 1999, p.78). Já a musealização de sítio caracteriza-se por ser uma forma de valorizar o patrimônio e de mobilizar a comunidade para a sua preservação, tendo como benefícios adicionais o reforço da identidade e da cultura local. A musealização de sítios emprega algumas funções da Museologia, como a conservação e a comunicação, embora geralmente não possua outro acervo que não os próprios vestígios (*Ibidem*).

Independentemente da tipologia adotada, os museus de Arqueologia têm pela frente o desafio de estabelecer conexões entre seus acervos e seus públicos, de forma a que a comunidade perceba-se conectada a um conjunto de vestígios que podem existir há milênios. Para isso,

O museu deve possibilitar que o público seja ativo e participativo no momento da transmissão e apropriação dos conhecimentos científicos. Para isso deve reinventar novas formas de comunicação tais como exposições em que os visitantes não tenham um papel meramente passivo, atividades práticas como escavações abertas à participação, ou até mesmo visitas a museus de sítios e espaços arqueológicos musealizados (ANTAS, 2014, p.90).

O envolvimento da comunidade com o museu e o território é, assim, um fator fundamental para a preservação do patrimônio arqueológico.

Um exemplo da integração entre comunidade, território e patrimônio arqueológico, com a mediação do museu, pode ser encontrado no trabalho desenvolvido pela Fundação Casa Grande, em Nova Lima, no Ceará. O Museu do Homem Kariri, mantido pela Fundação, utiliza o conceito de Arqueologia Social Inclusiva, por meio do qual as crianças da comunidade desenvolvem-se como guardiães da memória local, a partir da percepção da importância do patrimônio arqueológico e do aprendizado de metodologias de prospecção, identificação e conservação. O trabalho do Museu do Homem Kariri resgatou e deu visibilidade ao rico patrimônio arqueológico e cultural da região (MENDONÇA, 2014).

1.4.3. Museus de Arqueologia no Brasil e em Portugal

Ao comparar a presença de coleções arqueológicas nos museus brasileiros e portugueses, observam-se diferenças relevantes na maneira pelo qual os vestígios do passado são tratados. Nas palavras da museóloga brasileira Maria Cristina Bruno,

(...) a história dos museus brasileiros evidencia um papel de coadjuvante para a Arqueologia, que vem sendo lentamente alterado nos últimos anos. Os dois séculos de museus no Brasil permitem verificar que, em um primeiro momento, os acervos arqueológicos ficaram misturados com as coleções de história natural, depois foram sufocados pelas coleções etnográficas e mais tarde desapareceram em função da proliferação dos museus de história e de arte. A própria história da cultura brasileira, que construiu uma estratigrafia do abandono em relação aos povos nativos, contribuiu para essa visão equivocada dos bens patrimoniais pré-coloniais (BRUNO, 2013, p.13).

A expressão “estratigrafia do abandono” expressa a pouca importância dada às coleções arqueológicas nos museus, que terminam por corresponder à camada inferior do

sistema de construção de memórias, e o reduzido papel da Arqueologia na construção de uma identidade nacional. Ao contrário do que ocorre em Portugal, o conhecimento do passado e a valorização das culturas pré-coloniais são fenômenos ainda relativamente recentes no Brasil.

Em Portugal, o resgate do patrimônio e da memória dos povos nativos aparenta ter sido uma constante desde antes do período de grande difusão dos museus pela Europa. Já em 1721 havia a preocupação, por parte da coroa portuguesa, com o estudo e a proteção dos vestígios do passado. Segundo o museólogo português António Nabais,

No reinado de D. João V, o património arqueológico é, pela primeira vez, legalmente protegido através do alvará de 20 de Agosto, tendo o monarca encarregado a Academia Real da História “de examinar os monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino dos tempos em que nele dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios [...] achava-se que muitos edificios, estatuas, mármores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos, por incúria e ignorância do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo um meio mais próprio e adequado para verificar muitas noticias da venerável antiguidade assim Sagrada como Política [...] (NABAIS, 1999, p.75).

A longa tradição de preservação do patrimônio pode explicar a grande concentração de museus com coleções de Arqueologia em Portugal. Uma consulta a um *website* especializado em museus⁶ resultou em uma lista de 102 instituições por todo o país, sem incluir as vinculadas à DGPC, como o Museu Nacional de Arqueologia, o MNMC e o próprio MMC-MN. Uma consulta semelhante⁷ no Brasil resultou em 40 museus de Arqueologia e 96 de História, que podem ou não contar com objetos arqueológicos em suas coleções. Cabe ressaltar que a população portuguesa é cerca de 20 vezes menor que a brasileira, o que acentua a disparidade entre os números apontados.

Mais recentemente, observa-se uma maior convergência entre os museus, universidades e instituições ligadas à Arqueologia no Brasil e em Portugal. Exposições como “Lusa - A Matriz Portuguesa”, realizada em 2007 pelo Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), eventos como o recente seminário “Construindo uma arqueologia Portugal/Brasil: Pessoas, materialidades e colonialismo”, promovido pelo Museu de Arqueologia e Etnografia

⁶ Museus Portugal (museusportugal.org)

⁷ Museusbr (<http://museus.cultura.gov.br/>)

da Universidade de São Paulo (MAE-USP), e um maior intercâmbio de pesquisadores e de eventos de formação tem aproximado os dois países, com efeitos benéficos mútuos na pesquisa e geração de novos conhecimentos sobre o passado.

A Arqueologia portuguesa tem, desde há muito, enfatizado a pesquisa e conservação dos vestígios do período pré e proto-histórico, especialmente após as descobertas dos sítios de gravuras rupestres da região do Foz Côa em 1994. Também no Brasil, houve recentemente uma maior valorização das pesquisas voltadas para o passado pré-colonial, com a maior divulgação das descobertas de geoglifos e de redes de estradas na região amazônica nas últimas décadas.

O aporte de recentes tecnologias de sensoriamento remoto, como o *Light Detection and Ranging* (LiDAR), que permite identificar vestígios ocultos sob a camada de vegetação, certamente possibilitará um maior número de descobertas arqueológicas e a geração de maiores conhecimentos, nos dois lados do Atlântico. Com isso, novas oportunidades e desafios serão colocados diante dos museus de Arqueologia, encarregados da conservação, documentação e comunicação de um acervo cada vez mais vasto.

CAPÍTULO II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO SÍTIO DE CONÍMBRIGA

2.1. Portugal antes dos romanos

O atual território português é habitado pelo menos desde o período Paleolítico Inferior, com sinais de presença humana há mais de 300 mil anos (EXPOSIÇÃO, 2011). Durante a antiguidade clássica, era povoado por diferentes comunidades organizadas, com controle sobre determinados territórios. Os cronistas gregos e romanos, como Estrabão, Pompônio, Ptolomeu e Plínio, o Velho, relatam a existência de diversos grupos sociais, entre os quais destacam os Lusitanos, os Túrdulos, os Calaicos e os Célticos, entre outros. Estes grupos ocupavam tanto as planícies litorâneas quanto o interior montanhoso do território e estabeleciam-se em aldeamentos que, com o passar do tempo, tornaram-se povoações mais consolidadas e deram origem a muitas das atuais cidades portuguesas (ALARCÃO, 1988, p.14).



Figura 1: Povoamento pré-romano da Península Ibérica (Mapa do autor sobre ALARCÃO, 1988, p.14)

Desde o século VI a.C., ocorreu o estabelecimento de feitorias e colônias gregas e fenícias ao longo do litoral português, especialmente na costa meridional e na foz dos grandes

rios, como o Guadiana, o Tejo, o Mondego, o Douro e o Minho. Estas feitorias e colônias tinham por finalidade o comércio e a busca de mercadorias originadas do interior da Península Ibérica, trazidas por via fluvial até o litoral. Ao mesmo tempo, os colonos gregos e fenícios estimularam a produção de azeite, vinho e derivados de peixe, os principais produtos exportados a partir do território lusitano (ALARCÃO, 1988, p.13).

2.2. A romanização do território português

A Península Ibérica passou a atrair o interesse dos romanos a partir da Segunda Guerra Púnica (218 a 201 a.C.). As colônias do sudeste da península eram uma fonte de recursos minerais e de soldados, utilizados pelos cartagineses em suas guerras contra Roma, como a conduzida por Aníbal Barca. Para evitar que Cartago continuasse a ter acesso à região, Roma enviou as primeiras expedições militares à Ibéria, por eles denominada Hispânia. Após a derrota dos cartagineses e seus aliados na batalha de Zama em 202 a.C., a presença romana na península continuou a expandir-se, terminando por sua ocupação completa ao longo do século I a.C. O território atualmente ocupado por Portugal foi conquistado por Roma em 139 a.C., com a expedição de Decimus Junius Brutus e a submissão dos últimos resistentes lusitanos, liderados por Viriato.

Após as guerras civis que marcaram o final da República romana (de 32 a 30 a.C.), Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus conquistou o poder absoluto em 27 a.C., assumindo o título de *princeps* (primeiro entre todos) e tornando-se o primeiro imperador romano. Sua ascensão e seu longo período de mais de 40 anos de governo marcaram o início de uma era denominada *pax romana*⁸, em que as fronteiras do império foram consolidadas e os territórios conquistados foram ocupados de forma organizada.

No século I, a Península Ibérica era dividida em três províncias (*Lusitania*, *Baetica* e *Tarraconensis*). A Lusitânia, que englobava a maior parte do atual território português, tinha como capital a cidade de *Emerita Augusta*, hoje Mérida, na Espanha, e estava subdividida em três unidades territoriais denominadas *conventus*. Além de *Emerita Augusta*, as outras sedes de *conventus* eram *Pax Julia* (Beja) e *Escalabis Julia* (Santarém), ambas no atual território português.

⁸ Paz Romana, em Latim. Período de relativa estabilidade política, militar e econômica entre os principados de Augustus, iniciado em 27 a.C, e o de Marcus Aurelius, terminado em 180 d.C.



Figura 2: Organização administrativa romana (Mapa do autor, baseado em ALARCÃO, 1988, p.40).

Uma das estratégias utilizadas por Augustus para a pacificação e ocupação das fronteiras do império foi a criação de colônias para acomodar os soldados veteranos, que recebiam terras ao reformarem-se após 20 anos de serviço. Estas novas cidades romanas foram instaladas em locais estratégicos, principalmente na costa atlântica, nos rios navegáveis ou ao longo de estradas recentemente implantadas ou reformadas. Algumas foram fundadas *ex nihilo*⁹ em locais ainda não ocupados, enquanto outras foram formadas a partir de aldeamentos já existentes. Um exemplo da aplicação da primeira estratégia é a própria colônia de *Emerita Augusta*, criada em 25 a.C. para acomodar os veteranos da V Legião *Alaudae* e da X Legião *Gemina*. Ao mesmo tempo que recebiam casas e terras para cultivar, os antigos soldados tinham a incumbência de defender o território, em caso de necessidade (ALARCÃO, 1988, p.28).

A pacificação do território lusitano ocorreu não tanto pela ocupação militar, mas principalmente pela romanização do local e das suas populações originárias. Por romanização, considera-se o processo de implementação das instituições sociais, religiosas e políticas de Roma, com sua gradativa absorção pelas populações nativas. Este processo era reforçado pela criação, nessas novas localidades, de uma estrutura urbana e de um conjunto de edifícios públicos semelhantes aos existentes na metrópole (SANTOS, 2019, pp.59-61). Estes

⁹ “A partir do nada”, em Latim.

equipamentos urbanos, que caracterizavam as cidades romanas e estavam presentes em todos os pontos do império, incluindo o sítio arqueológico de Conimbriga, eram:

- **Fórum:** espaço retangular no qual aconteciam os principais atos da vida política e religiosa romana. Era composto por uma praça aberta, cercada por corredores cobertos e apoiados em colunas, podendo ter em um dos lados um templo ou uma basílica, ou mesmo ambos os edifícios.
- **Basílica:** edifício destinado a atos civis, como a formalização de negócios, a realização de julgamentos e audiências públicas. Seu modelo foi adotado pelas primeiras igrejas cristãs e influencia ainda hoje os edifícios religiosos.
- **Templo:** edifícios de caráter religioso, com base nas construções gregas e etruscas, de formato retangular, com pórtico frontal acessado por escadas e delimitado por colunas, sobre as quais erguia-se um frontão triangular. Podiam ser dedicados ao culto imperial, aos deuses do panteão romano ou a outras divindades locais.
- **Termas:** edifícios para banhos públicos e para a prática de atividades físicas, constituindo também espaços de socialização entre seus frequentadores. Eram compostas de áreas para banhos frios (*frigidarium*), mornos (*tepidarium*) e quentes (*caldarium*), além de piscinas e jardins.
- **Anfiteatro:** locais para a realização de espetáculos públicos como peças teatrais e combates de gladiadores. Eram baseados em modelos gregos e construídos preferencialmente em locais com declives naturais.
- **Aqueduto:** estruturas destinadas ao transporte de água desde fontes localizadas a grandes distâncias, sendo em sua maioria subterrâneos.
- **Estradas:** construções pavimentadas com pedras e complementadas por obras como pontes e viadutos, de forma a proporcionar um traçado plano e retilíneo.

Em pouco tempo, os costumes romanos passaram a ser incorporados pelos habitantes locais, o que pode ser observado nas inscrições que comprovam a adoção de nomes pessoais

seguindo o padrão clássico dos *tria nomina*¹⁰ (prenome, nome e cognome), mesmo mantendo sua identidade e raízes lusitanas (ENCARNAÇÃO, 2010, p.94). Da mesma forma, divindades nativas eram cultuadas em locais e formas bastante semelhantes às utilizadas no culto aos deuses romanos ou aos imperadores divinizados (ALARCÃO, 1988, pp.158-160). A eleição de governantes com mandatos anuais substituiu o poder baseado na hereditariedade ou na força militar. O Latim passou a ser adotado como idioma comum entre os vários povos, enquanto a introdução do sistema monetário romano permitiu maior fluidez no intercâmbio de mercadorias e no desenvolvimento da economia local, baseada na produção agrícola, especialmente vinho, azeite e cereais, na fabricação de conservas de peixe (*garum*¹¹) e na mineração. As vias romanas ligavam a Lusitânia a todos os pontos do império, integrando-a assim em um contexto que abarcava todo o mundo então conhecido.

2.3. Conimbriga no contexto do império romano

Os vestígios do *oppidum*¹² romanizado de Conimbriga estão localizados na freguesia e concelho¹³ de Condeixa-a-Nova, a 16 km ao sul de Coimbra. Foi erigido sobre uma povoação já existente, cujos vestígios ainda são visíveis sob o Fórum romano, e que pode remontar ao período Neolítico, com presença humana confirmada desde o Calcolítico (3º milênio a.C.). Situava-se na Via XVI, eixo viário que ligava *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga), estando localizada a 34 milhas de *Sellium* (Tomar), ao sul, e a 10 milhas de *Aeminium* (Coimbra), ao norte (VIAS ROMANAS, 2020). Era assim parte de uma importante rota comercial que conectava as principais cidades da província da Lusitânia. Estima-se que durante seu apogeu, no século I d.C., tenha tido uma população de cerca de 10.000 habitantes (DGPC, 2020).

¹⁰ Três nomes, em Latim.

¹¹ *Garum* era um molho de peixe fermentado, muito apreciado pelos romanos. Ânforas de produção lusitana, nas quais o *garum* era armazenado e transportado, podem ser encontradas por toda a bacia do Mediterrâneo.

¹² *Oppidum* era a designação romana para os povoados já existentes nos territórios ocupados.

¹³ Divisão administrativa portuguesa, equivalente a um município no Brasil.

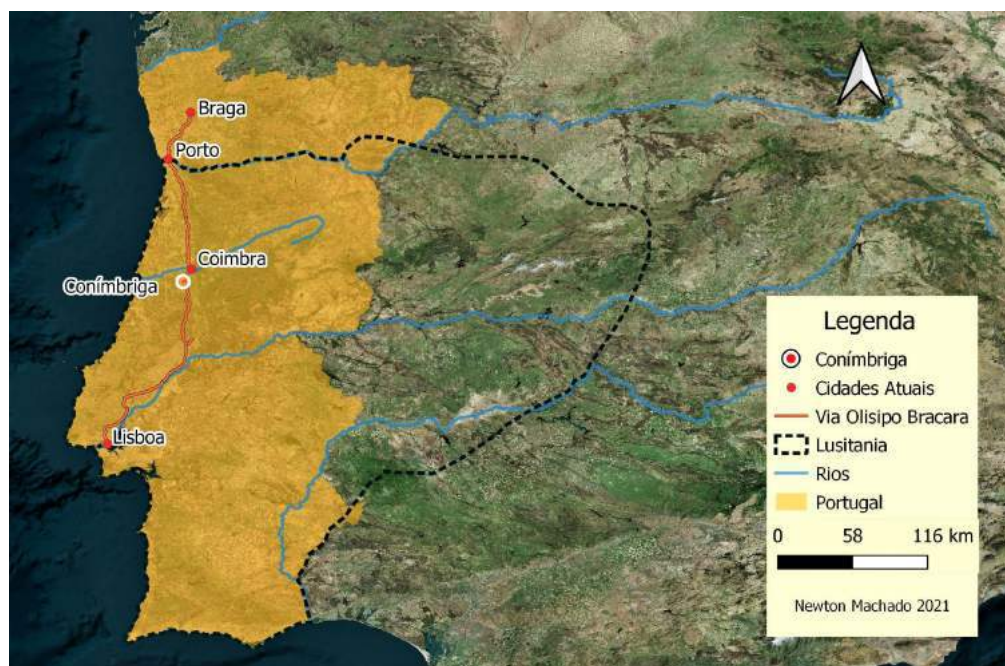


Figura 3: Localização de Conímbriga (mapa do autor).

A localização de Conímbriga é citada pelo naturalista *Gaius Plinius Secundus*, mais conhecido como Plínio, o Velho (23 - 79 d.C.)¹⁴, em sua obra “História Natural”, escrita ao longo do século I d.C. Nela, Plínio lista as povoações entre o Douro e o Tejo, do norte para o sul:

“A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres, Paesuri, flumen Vagia, Oppidum Talabrica, Oppidum et flumen Aeminium, Oppida Coniumbrica, Collippo, Eburobritium”.

A Lusitânia principia no rio Douro, terra dos antigos Túrdulos e Pésures, com o rio Vouga, a cidade de Talábrica, a cidade e o rio de Eminio (Coimbra) e as cidades de Conímbriga (Condeixa), Collipo (Leiria) e Eburobrício (Óbidos) (PEREIRA, 1907, seção II).

A cidade ocupava um território com uma excelente posição defensiva natural, em um planalto de formato triangular e cercado por escarpas e rios em dois de seus lados. Era envolta por uma muralha de natureza honorífica, cuja função era mais cívica do que militar, que delimitava o *pomerium*, o espaço urbano das cidades romanas. Esta primeira muralha de Conímbriga, denominada Muralha do Alto Império, tinha 2 km de extensão e cercava uma área de 23 hectares (DGPC¹⁵, 2020).

¹⁴ Plínio, o Velho, faleceu na erupção do Vesúvio em Pompéia, em 24 de outubro de 79.

¹⁵<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70107>



Figura 4: Vista geral de Conimbriga (J.C.Golvin, in: CORREIA, 2017).

Embora a ocupação romana de Conimbriga tenha sido iniciada em 138 a.C., foi somente durante o governo de Augustus (27 a.C. - 14 d.C.) que recebeu os edifícios públicos que caracterizam uma cidade romana, aplicados sobre a malha urbana preexistente. Tanto o Fórum, que abrigava o templo de culto imperial, quanto as termas públicas, datam do final do século I a.C., enquanto a basílica e o anfiteatro datam de meados do século I d.C. (CORREIA, 2017, p.13). Para suprir a cidade de água, foi construído um aqueduto desde uma fonte localizada na atual aldeia de Alcabideque¹⁶, a cerca de três quilômetros de Conimbriga (ALARCÃO & ÉTIENNE, 1974, p.284).

No governo de Vespasianus (69 - 79 d.C.), a cidade recebeu o estatuto de município e tornou-se sede da *civitas conimbricensis*¹⁷, passando a chamar-se *Flavia Conimbriga* em homenagem à nova dinastia imperial¹⁸. Neste período de grande prosperidade para o império romano, o Fórum e as termas de Conimbriga foram reformados e bastante ampliados, em relação às instalações da época de Augustus, passando a ocupar o dobro da área original (DGPC, 2020).

¹⁶ Alcabideque é a arabização de *caput aquae*, o nome original do local onde era captada a água para o aqueduto.

¹⁷ *Civitas* era uma unidade administrativa romana, equivalente a um município.

¹⁸ A dinastia flaviana, formada pelo imperador Vespasianus (69-79) e por seus filhos Titus (79-81) e Domitianus (81-96).

As termas públicas e as residências privadas que também possuíam seus próprios complexos termais eram supridas pelas águas trazidas pelo aqueduto desde Alcabideque. A arquitetura urbana de Conimbriga apresentava bons exemplos de casas particulares (*domus*) de grandes dimensões, mostrando a existência de famílias abastadas. Da mesma forma, haviam imóveis para a população de menores recursos, como edifícios de apartamentos (*insulae*) com três ou quatro andares, além de oficinas (*scholae*) e lojas (*tavernae*) ao longo das estradas e na frente das casas (ALARCÃO, 1979). Existem atualmente cerca de 30 edifícios privados escavados no sítio arqueológico.

Os vestígios já descobertos, que correspondem a apenas 15 ou 20% da área total da cidade, permitem pressupor que Conimbriga era uma localidade próspera e bem representativa da capital de uma *civitas* provincial romana nos séculos I e II.

2.4. Invasões germânicas e muçulmanas

Após dois séculos de *pax romana*, a decadência do império e as invasões de povos germânicos assinalaram o início do desaparecimento de Conimbriga. A instabilidade levou a população de Conimbriga a reduzir o perímetro da cidade e a consolidar suas defesas. Desta forma, foi construída uma nova muralha, denominada Muralha do Baixo Império, que, ao contrário de sua antecessora, tinha funções essencialmente defensivas.

Em finais do século III ou inícios do IV é levantada uma nova muralha que não abrangeu a totalidade da área construída, e reutiliza parcialmente o anfiteatro como alicerce e fonte de matéria-prima. Várias *domus* e o anfiteatro ficaram extramuros. Os Suevos atacaram a cidade em 464 e 468 que, conquanto enfraquecida, subsistiu. (DGPC¹⁹, 2020).

A construção da nova muralha causou a destruição dos edifícios existentes fora de seus limites e representou o início da deterioração da estrutura urbana da cidade (CORREIA, 2017, p.15). Embora tal estratégia defensiva tenha tido sucesso num primeiro momento e resistido às primeiras tentativas de invasão, foi ineficiente a longo prazo, devido às sucessivas ondas de povos germânicos, como vândalos, alanos, suevos e visigodos, que invadiram a região e que disputaram entre si o controle do local. Finalmente, em 586 os visigodos consolidaram seu domínio sobre os territórios remanescentes do império romano

¹⁹<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/7010>

por toda a Península Ibérica, formando um reino com capital em *Toletum* (atual Toledo, na Espanha) que persistiu até a invasão muçulmana em 711.

2.5. Decadência e abandono de Conimbriga

São raros os vestígios da ocupação germânica ou muçulmana de Conimbriga, com exceção de alguns elementos decorativos da basílica paleocristã, de estilo visigótico ou mozárabe²⁰, bem como poucas moedas islâmicas. Sabe-se, contudo, que a cidade manteve seu grau de importância na região, chegando a ser a sede de um bispado. Com a destruição do aqueduto e a supressão do fornecimento de água, ocorreu a gradual mudança da população para a colina vizinha, na qual existiam fontes naturais e onde hoje localiza-se a aldeia de Condeixa-a-Velha. Assim, a área da antiga cidade romana foi abandonada aos poucos por seus habitantes, que passaram a utilizar as pedras das edificações para erguer suas novas casas.

Ao longo do século V, as cidades modificaram-se e alteraram suas funções. Os grandes edifícios públicos, manifestação do poder do império, perderam utilidade e foram adaptados a novos usos. A cidade mudou, assim como o papel que desempenhava. Teatros, anfiteatros, foros viram seu espaço ocupado por basílicas cristãs ou por zonas habitacionais; na pior das hipóteses, os edifícios foram pura e simplesmente desmontados e as pedras, reaproveitadas em novas construções (MACIAS, 2007, p.30).

Alguns edifícios de Conimbriga permaneceram em uso mesmo com o esvaziamento de seu núcleo original. A cidade continuou a ser uma sede episcopal pelo menos até que, entre 580 e 589, ocorreu a transferência do bispado para a vizinha cidade de *Aeminium*, a qual absorveu o nome de Conimbriga e tornou-se a atual Coimbra (DIOCESE DE COIMBRA, 2020). Uma basílica paleocristã, construída sobre as bases de uma antiga residência romana, manteve-se ativa até o completo abandono da cidade, ou ao menos até o final do século VI. Áreas em torno da basílica, do antigo Fórum e do lado de fora da muralha do Baixo Império serviram como local de enterramentos durante a Alta Idade Média.

Embora a ocupação islâmica a partir do século VIII não tenha deixado mais do que escassos vestígios materiais, ficou na memória e na fala de seus antigos habitantes o nome dado ao local pelos novos ocupantes: *Almedina*, ou “a cidade”, em árabe. Até recentemente,

²⁰ O termo “mozárabe” refere-se aos cristãos que habitavam o território da Península Ibérica sob domínio muçulmano.

os moradores de Condeixa-a-Velha assim se referiam ao local (PESSOA, 2005, p.246). Com o passar do tempo, o terreno da cidade romana, pontuado pelos vestígios de seus antigos edifícios, foi transformado em campo de lavoura pelos habitantes de Condeixa-a-Velha, uso que manteve-se até o final do século XIX e início do século XX. Em fotos de 1935, pode-se observar que o espaço da antiga cidade era totalmente ocupado por plantações e oliveais.

Paradoxalmente, o progressivo abandono da cidade e a transformação de sua área central em local de cultivo foram os fatores que contribuíram para a preservação de suas estruturas urbanas e de obras como os numerosos mosaicos romanos de seus edifícios residenciais: “Foi o desenvolvimento da atividade agrícola, sobre o *oppidum*, que garantiu o congelamento da camada estratigráfica do séc. IX até aos nossos dias” (COELHO, 2016, p.15). É uma situação bem distinta das antigas cidades romanas que continuaram a ser habitadas, como Lisboa ou Coimbra, nas quais os vestígios ainda existentes encontram-se sob várias camadas de construções mais recentes. Assim, Conimbriga é um sítio arqueológico com características únicas e com muito a ser ainda explorado.



Figura 5: Conimbriga em 1935, com a Muralha do Baixo Império (Acervo do MMC-MN)

2.6. Campanhas de escavação e restauração

A existência de ruínas romanas nas proximidades da aldeia de Condeixa-a-Velha já era conhecida desde o século XVI. As primeiras escavações sistemáticas foram realizadas no final

do século XIX, patrocinadas pela rainha Maria Amélia de Portugal. As ruínas de Conimbriga foram classificadas como Monumento Nacional por decreto real de 16 de junho de 1910. Às prospecções pioneiras do século XIX, seguiram-se diversas campanhas de exploração realizadas a partir de 1929, conduzidas pelo departamento de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Nos anos 1930, a abertura de uma estrada turística e a descoberta de novas ruínas na área externa da muralha do Baixo Império, como a Casa dos Repuxos, com grande quantidade de mosaicos e afrescos, gerou um aumento do interesse por Conimbriga. Nas décadas de 1940 e 1950 foram realizadas as primeiras obras de consolidação das ruínas e a reconstituição de algumas estruturas, como a Casa de Cantaber, a maior residência encontrada até hoje, e a Ínsula do Aqueduto, um edifício de apartamentos, além da própria muralha do Baixo Império (DGPC, 2020).

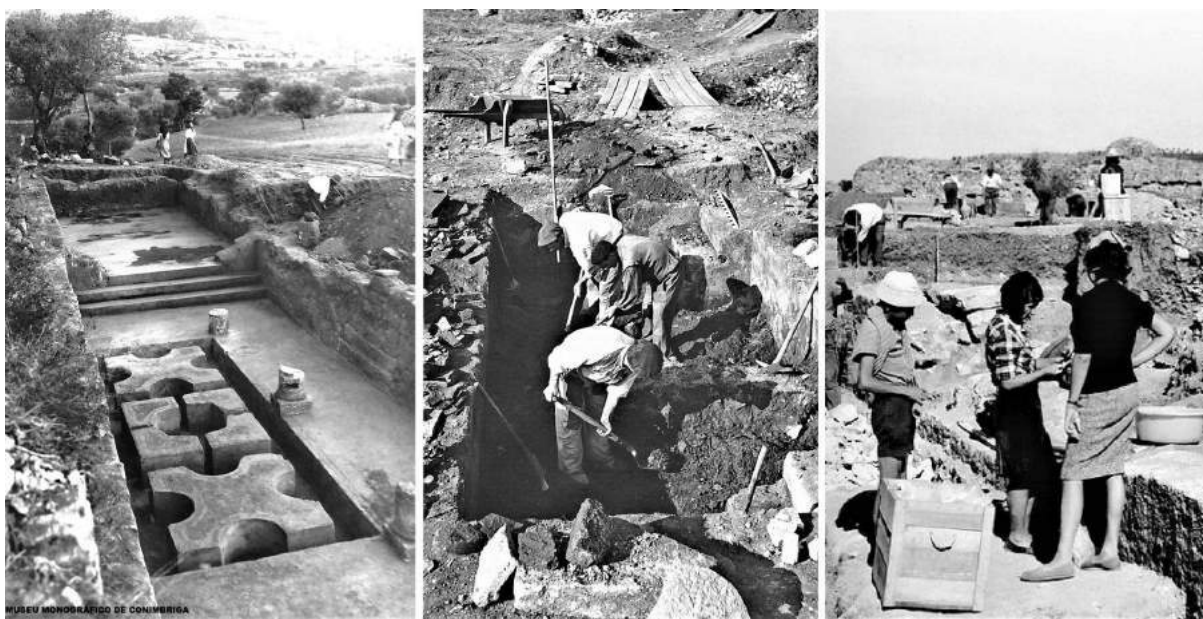


Figura 6: Escavações em Conimbriga (Montagem do autor sobre fotos do acervo do MMC-MN).

Um momento de grande avanço na exploração do sítio arqueológico de Conimbriga ocorreu entre 1964 e 1971, com os trabalhos realizados por um consórcio formado pelas universidades de Coimbra e de Bordeaux (França), além do MMC-MN. A campanha luso-francesa marcou a introdução de técnicas modernas de investigação arqueológica em Portugal, com processos rigorosos de escavação e documentação (COELHO, 2016, p.53). As conclusões das pesquisas realizadas pelo consórcio foram consolidadas na monumental obra *Fouilles de Conimbriga*, o mais amplo *corpus* de referência sobre o sítio arqueológico, com

sete volumes dedicados a todas as disciplinas relacionadas com o tema, tais como Arquitetura, Epigrafia, Numismática e Cerâmica, entre outros (*Ibidem*, p.43).

Embora o ritmo das explorações tenha arrefecido após as campanhas luso-francesas, Conimbriga nunca deixou de ser escavada e pesquisada, mesmo que de forma pontual. Nos anos 1980 foram feitas intervenções de valorização dos conjuntos das Termas do Sul e do Fórum, visando permitir uma melhor leitura dos monumentos pelos visitantes, além da cobertura da Casa dos Repuxos, protegendo o maior conjunto de mosaicos do sítio (COELHO, 2016, p.55). Estas intervenções mais recentes seguiram os postulados das cartas patrimoniais de Atenas (1931) e de Veneza (1964), com o uso reversível de materiais modernos nas áreas intervencionadas.

A importância do sítio arqueológico pode ser verificada em um artigo datado de 1952, no qual J. M. Bairrão Oleiro, vogal da Junta Nacional de Educação e futuro diretor do MMC-MN, relaciona os fatores que tornam Conimbriga um local de excepcional importância:

(...) por lá se poderem estudar os vestígios de uma sobreposição de culturas; por ser facilmente escavável e acessível; pela sua riqueza em mosaicos; por certas particularidades urbanísticas; por ser um dos núcleos romanos de maior importância, não só do País, como também da Península; pela sua qualidade de estação viária de uma das principais estradas romanas desta faixa ocidental do Império; por haver referências em fontes literárias a certos períodos da sua história; e, ainda, porque resta uma extensa área por escavar, permitindo efectuar trabalhos com todo o rigor científico e usar as novas técnicas que a constante evolução da ciência arqueológica põe hoje ao nosso dispor (OLEIRO, 1952, p.33).

Ainda hoje, Conimbriga continua a ser objeto de escavações arqueológicas e de pesquisas sobre os abundantes vestígios encontrados no sítio. Um exemplo são os recentes trabalhos sobre a muralha do Baixo Império (DE MAN, 2005) e sobre o seu vasto acervo de mosaicos romanos (RUIVO, 2010). As escavações mais recentes têm focalizado a região do antigo anfiteatro, parcialmente demolido com a construção da muralha do Baixo Império, mas com diversos vestígios ainda existentes sob as casas e ruas da atual aldeia de Condeixa-a-Velha (DESCOBRIRAM, 2018).

2.7. Criação do Museu Monográfico de Conimbriga

Desde as primeiras escavações realizadas no sítio arqueológico, surgiu a necessidade de recolher, conservar e exibir os vestígios dali retirados. Em um primeiro momento, os objetos recolhidos foram encaminhados para o Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra, órgão fundado em 1873 e ligado à Universidade²¹ (UC, s/d). Contudo, a grande quantidade de vestígios, coletados sem um critério predeterminado de amostragem ou de escolha, logo superou a capacidade de armazenamento disponível, situação esta que agravou-se com a ampliação das escavações.

Em 1912, com o encerramento das atividades do museu, todo o seu acervo, incluindo os objetos encontrados em Conimbriga, foi transferido para o então recém inaugurado MNMC, em Coimbra (*Ibidem*). Neste museu, os objetos permaneceram durante cinquenta anos, o que gerou problemas adicionais. O MNMC também é um sítio arqueológico, por estar instalado no antigo Paço Episcopal, que por sua vez foi construído sobre o antigo Fórum da cidade romana de *Aeminium*, cujo criptopórtico²² é o maior edifício romano de Portugal. A presença de vestígios romanos originários de Conimbriga e de *Aeminium* na mesma reserva técnica, aliada às deficientes práticas de documentação museológica da época, deu origem a controvérsias sobre a procedência de alguns objetos que permanecem sem solução ainda hoje.

A crescente necessidade de propiciar condições e apoio logístico, tanto para as escavações quanto para os turistas que passaram a visitar o sítio, levou às primeiras iniciativas no sentido de criar-se um museu no local. Inicialmente, cogitou-se a possibilidade de instalar o museu em um dos edifícios já escavados, como a própria Casa dos Repuxos, residência com o maior acervo de mosaicos em Conimbriga. Obviamente, “tal solução seria desastrosa, e não resolveria o problema desde logo em função da sua área insuficiente” (COELHO, 2016, p.35).

Desta forma, optou-se pela construção de um novo edifício para o museu. Após várias propostas de localização e projetos arquitetônicos, definiu-se em 1959 que o museu seria instalado fora da área das ruínas, entre a antiga porta de *Sellium*, na muralha do Alto Império, e o rio dos Mouros, que delimita o planalto onde Conimbriga foi construída.

²¹ “O Museu do Instituto”, www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/instituto/museu.

²² Galeria abobadada subterrânea, com um ou mais andares, destinada a criar uma plataforma superior plana, de forma a solucionar declives do terreno.

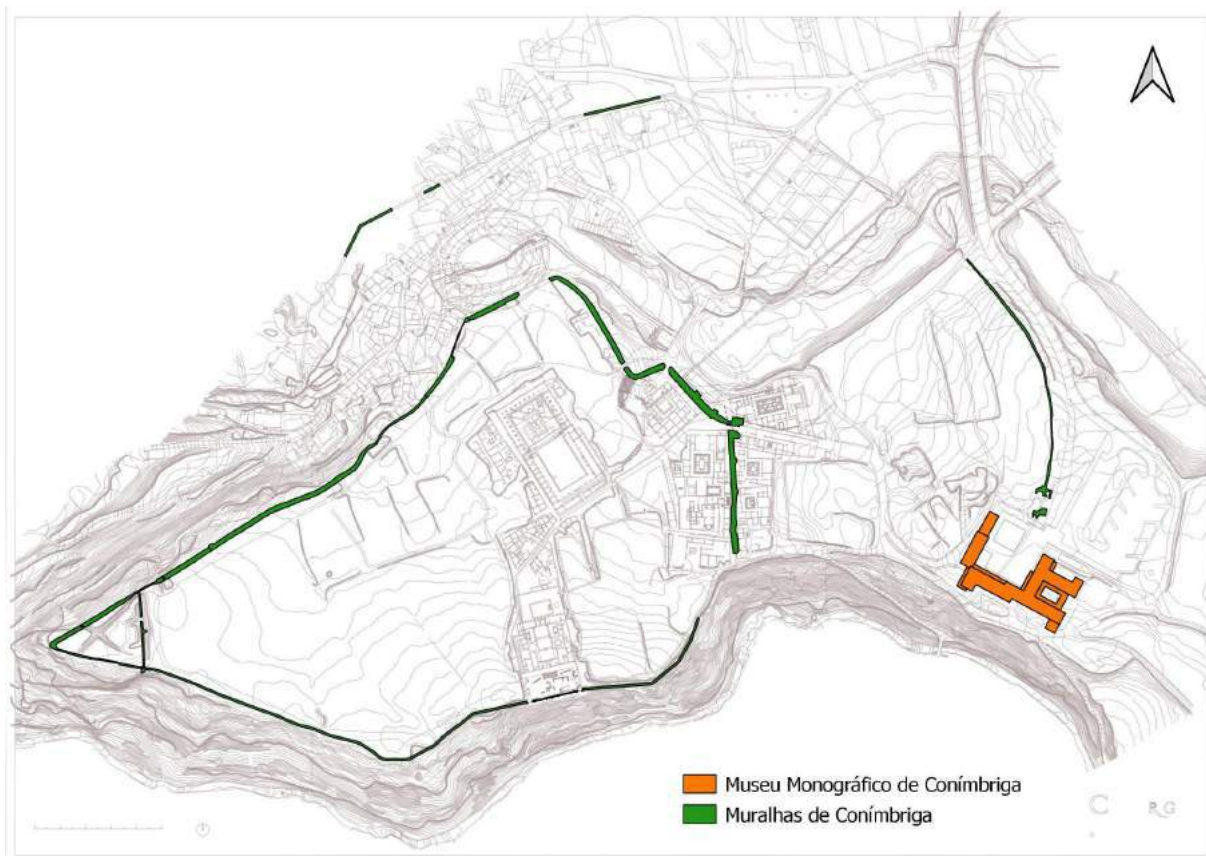


Figura 7: Localização do MMC-MN (Arte do autor sobre mapa de CORREIA & ALARCÃO, 2008)

O novo museu, denominado Museu Monográfico de Conímbriga, foi inaugurado em 1962. Teve como modelo outras instituições semelhantes existentes na Europa, igualmente dedicadas a sítios arqueológicos romanos. O projeto do arquiteto Amoroso Lopes procurou combinar a melhor localização em relação ao sítio arqueológico e à paisagem natural envolvente, ao mesmo tempo em que incluía todos os melhores recursos recomendados pela museografia da época.

No rés-do-chão (587m² de área bruta), a entrada apresenta-se através de um pórtico formado por uma colunata de feição sóbria, pela qual se acede ao átrio, que distribui para os espaços de apoio aos turistas: a nascente, três salas de exposição permanente (190m²), iluminadas com luz zenital; sala de convívio para turistas e esplanada, que se abre a poente favorecendo uma forte relação paisagística sobre o *oppidum* romano e Rio dos Mouros; instalações sanitárias para turistas e o acesso de serviço ao piso inferior. (...) No piso da cave (507m² de área bruta) concentram-se as áreas de serviço (do museu e sala de convívio) e a casa do guarda das ruínas, ambas com acessos independentes. Constam das dependências que apoiam o museu, um laboratório, câmara escura, armazém de depósito de peças

arqueológicas, gabinete, espaço de trabalho, um quarto e instalações sanitárias. O apoio à sala de convívio é constituído por despensa e cozinha. Já a área destinada à casa do guarda conta com três quartos, sala comum com despensa e respetivas instalações sanitárias (COELHO, 2016, p. 41-43).



Figura 8: O Museu Monográfico de Conimbriga em 1962 (Acervo do MMC-MN).

As novas campanhas arqueológicas realizadas nas décadas seguintes, como a campanha luso-francesa de 1964-1971, contribuíram para ampliar a quantidade de artefatos descobertos no sítio, demandando espaço adequado para sua conservação e armazenamento (COELHO, 2016, p.43). De forma similar, obras como construção de estradas ou mesmo reformas de residências no entorno do MMC-MN costumam, ainda hoje, resultar em novos achados (OLEIRO, 1952, p.38). Logo ficou comprovado que o edifício inaugurado em 1962 era insuficiente para as necessidades de uma instituição que tinha sob sua responsabilidade não somente um crescente acervo de objetos, mas a totalidade do sítio arqueológico, além de ter que lidar com as novas descobertas arqueológicas, tanto planejadas quanto acidentais .

Somava-se a isso as mudanças ocorridas no papel dos museus e nas expectativas de seus públicos. A inadequação das instalações levou à necessidade de novas ampliações do edifício, o que levou ao fechamento do museu durante um longo período (entre 1974 e 1985) para obras de requalificação. Estas obras terminaram por gerar novos problemas em relação ao espaço disponível, sem resolver plenamente os problemas existentes quanto às áreas para

reservas técnicas e oficinas, além da limitação dos espaços expositivos, fator igualmente agravado pelas sucessivas intervenções arquitetônicas (COELHO, 2016, pp.15-16).

Mesmo com as últimas obras, o museu passou a dispor de uma estrutura ainda insuficiente para suas funções, inclusive no que se refere ao espaço expositivo. Há quatro salas de exposição de longa duração, dispostas em linha e com uma área total de 420m², além de um conjunto de expositores localizados no corredor de ligação com o restaurante. Não há um espaço destinado para exposições de curta duração, que são realizadas, quando ocorrem, no hall de entrada do museu.

As áreas técnicas, que ocupam o piso inferior do edifício, também carecem de espaço adequado para suas atividades de conservação e restauro. O mesmo se aplica à biblioteca especializada em Arqueologia e à área destinada à reserva técnica, insuficiente para abrigar adequadamente a quantidade de objetos ali depositados.

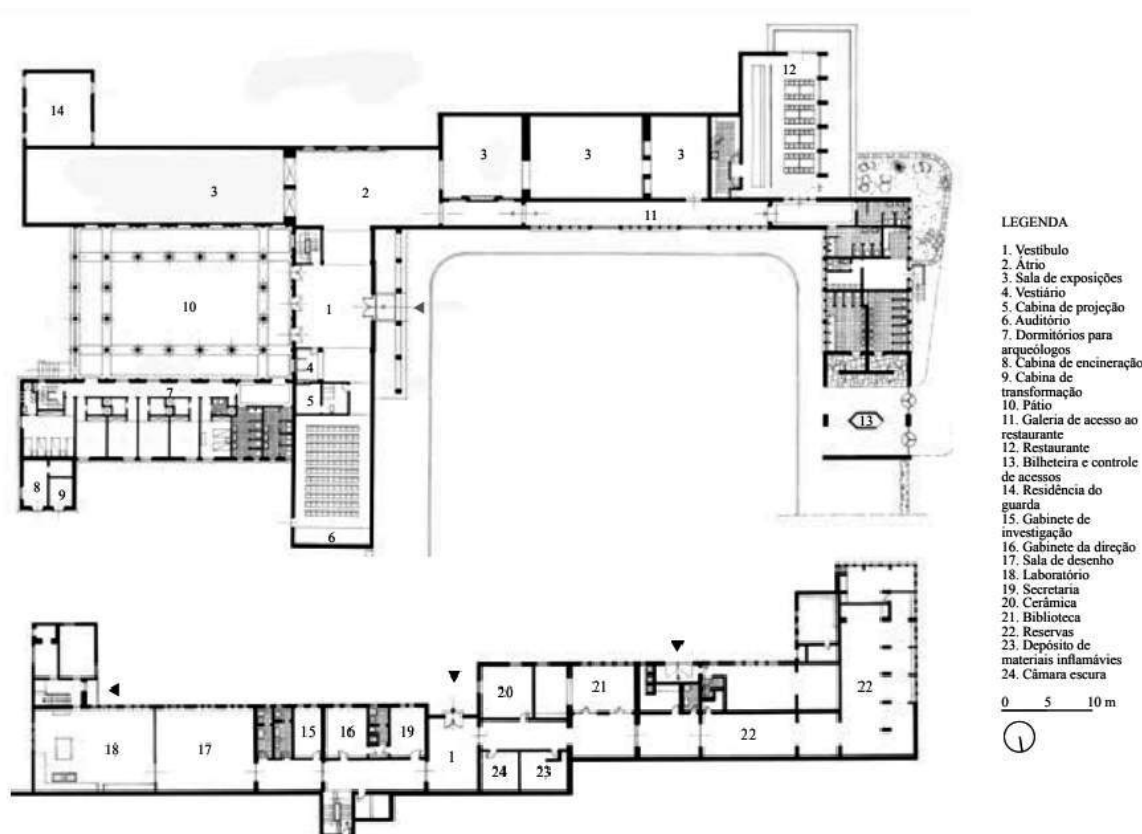


Figura 9: Planta baixa do Museu Monográfico de Conimbriga (adaptado de COELHO, 2016).

O projeto arquitetônico do museu inclui ainda dois jardins, destinados a evocar a paisagem urbana e doméstica do período romano. O primeiro, no pátio à frente do museu, reúne plantas em canteiros dentro de um espelho d'água, complementado por árvores como o pinheiro manso e ciprestes. O segundo situa-se dentro do museu, na forma de um peristilo, uma área colunada que formava o núcleo de uma casa romana.



Figura 10: Jardins do Museu Monográfico de Conimbriga (fotos do autor).

As dificuldades causadas pelas limitações de sua estrutura física são uma questão crucial a ser enfrentada, para assegurar que o museu possa atender a seus objetivos e à sua função institucional. Virgílio Hipólito Correia, diretor do MMC-MN de 1999 a 2017, ao descrever o Programa Museológico de Conimbriga, declarou que

A terceira fase de intervenção em Conimbriga passará necessariamente por uma profunda remodelação do Museu Monográfico ou, alternativa que o presente autor considera mais eficaz e mais económica, pela construção de um novo Museu, de raiz, com um contributo arquitectónico que adicione uma valência e um motivo de interesse suplementar, que a actual arquitectura não oferece (CORREIA, 2008, p.80).

2.8. O MMC-MN hoje

Atualmente, o MMC-MN define sua missão como “tutelar as Ruínas, promover a sua exposição ao público e prosseguir a investigação arqueológica” (DGPC, s/d). A estratégia para colocar em prática essa missão tem como ponto central a investigação arqueológica, que “expõe novas áreas ao público, promove ou permite promover a consciência pública sobre o

local e aumentar o valor do acervo científico e acadêmico da instituição. A investigação é, portanto, o *pivot* fundamental da atividade do Museu” (CORREIA, 2008, p.75).

A expografia, elaborada ainda em 1985, quando da reabertura do museu, conserva sua proposta original de apresentar a história da ocupação humana de Conimbriga, desde os primeiros vestígios encontrados até o abandono da cidade no século VI d.C., utilizando-se exclusivamente dos objetos encontrados no sítio arqueológico. (DGPC, 2019, p.30). Este aspecto será discutido em maior profundidade no capítulo III.

Em comparação com o longo tempo em que a expografia do museu permanece sem alterações de vulto, a musealização do espaço das ruínas tem conhecido alguns avanços, com a definição de um percurso de visita, a instalação de passadiços para facilitar o acesso dos visitantes e a utilização de placas indicativas com textos explicativos curtos e imagens do edifício em sua aparência original.

Apesar das limitações anteriormente mencionadas, o MMC-MN é um dos museus portugueses mais visitados, tendo registrado um total de 106 mil visitantes em 2018 (DGPC, 2019). Em 2017, o MMC-MN foi qualificado como Museu Nacional, passando assim a ser gerido e financiado pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), numa situação semelhante à dos museus vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Apesar das vantagens dessa vinculação, isso traz alguns dificultadores. O principal deles é o fato de que as receitas geradas pelo MMN-MC não revertem integralmente para este, que recebe recursos orçamentários definidos e distribuídos de forma centralizada pela DGPC.

O MMC-MN desenvolve as funções de pesquisa, documentação e conservação do acervo, contando, para isso, com laboratórios de restauro, biblioteca especializada em Arqueologia, reservas técnicas e áreas para equipamentos de raios-X e fotografia (COELHO, 2016, p.45). O museu acolhe e apoia o trabalho de inúmeros pesquisadores portugueses, brasileiros e de diversos outros países, que encontram em Conimbriga e em seu entorno um vasto campo de estudo. Cuida igualmente da produção dos materiais de referência para os visitantes, como o Catálogo da Exposição, o Guia das Ruínas e outras publicações.

Além da gestão do espaço expositivo, o MMC-MN é também responsável pela musealização, pesquisa e conservação do sítio arqueológico propriamente dito. Nos anos

1990, foram realizadas intervenções com o objetivo de facilitar a leitura e a percepção das dimensões e funções de alguns edifícios públicos de Conimbriga, como as Termas do Sul e o Fórum. Realiza ainda ações de manutenção das ruínas, como o restauro da muralha do Baixo Império, ora em andamento, e promove campanhas de escavação pontuais, como as recentemente efetuadas na região do Anfiteatro, na aldeia de Condeixa-a-Velha (CORREIA et al, 2013, p.143).

CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS PRÁTICAS DO MMC-MN

3.1. A museografia do MMC-MN

O Conselho Internacional de Museus (Icom) define que a museografia, ou seja, a maneira pela qual os objetos são expostos ao público, "engloba a definição dos conteúdos da exposição e os seus imperativos, assim como o conjunto de relações funcionais entre os espaços de exposição e os outros espaços do museu" (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.59). A exposição é parte da função museológica da Comunicação, sendo o principal meio de que os museus dispõem para compartilhar conhecimentos com seus diversos públicos.

Criado em 1962 e baseado em uma já longa e consolidada tradição de estudos arqueológicos sobre Conimbriga, o MMC-MN nasceu com uma característica diferenciadora: como museu de arqueologia, tinha sob sua responsabilidade tanto a gestão do sítio arqueológico e suas ruínas, quanto do espaço destinado à exposição dos objetos encontrados nas diversas campanhas de escavação. Refletindo a Museologia da época, possui uma concepção museográfica tradicional, centrada na exibição de objetos em vitrines temáticas, acompanhadas de imagens e textos descritivos que traduzem o discurso expográfico definido pela instituição.

A atual exposição de longa duração foi inaugurada em 1985, com a reabertura do museu após um longo período de fechamento, não tendo sido renovada desde então (COELHO, 2016, p.63). Embora fundamentada em sólidas pesquisas históricas e arqueológicas, a expografia do museu tornou-se envelhecida e distante das expectativas e interesses dos públicos atuais. Nas palavras de Virgílio Hipólito Correa, ex-diretor do MMC-MN,

A situação actual é, muito frequentemente, ainda herdeira directa da Arqueologia antiquarista de há dois séculos (artificialmente prolongada até aos nossos dias por uma Arqueologia de matriz histórico-cultural insuficientemente teorizada, que continua a depender muito do objeto e pouco da interpretação holística dos sítios). Isto acontece com a exposição funcionalista que presidiu ao conceito museográfico do atual Museu Monográfico (CORREIA, 2008, p.81).

A exposição de longa duração do MMC-MN está disposta em quatro salas distintas. O foco da exposição é o período romano (séculos I a.C. a V d.C.), embora apresente alguns objetos de épocas anteriores e posteriores a este. Ao contrário do que se observa em museus históricos e arqueológicos, como o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e o Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, no MMC-MN a organização dos conteúdos da exposição é temática, e não cronológica. Cada sala e vitrine é dedicada a um determinado aspecto da vida em Conimbriga, pontuado por objetos que, em alguns casos, estão separados no tempo por décadas ou séculos²³.



Figura 11: Salas de Exposição do MMC-MN (adaptado de COELHO, 2016).

A primeira sala de exposição (sala A) tem como tema a vida cotidiana em Conimbriga, apresentada por meio de vitrines com artefatos arqueológicos utilizados pelos habitantes da cidade em seu dia-a-dia e complementadas por textos e imagens com cenas de uso dos utensílios à época romana. Esta sala, a maior do museu, tem um percurso expositivo circular, no sentido horário. O espaço é iluminado apenas pelas lâmpadas das vitrines, o que valoriza e destaca seu conteúdo, embora esta solução expográfica tenha recebido algumas críticas dos visitantes (DGPC, 2019).

Observa-se nesta sala, mais do que nas outras, a preocupação em contextualizar os objetos em relação ao seu uso. Uma característica dos objetos de natureza arqueológica é que as informações sobre o contexto de sua localização podem ser perdidas a partir de sua retirada do local onde foi encontrado (SALLÉS, 2017, p. 9), especialmente no caso de um sítio explorado há tanto tempo, como Conimbriga. Fora de seu contexto original, o objeto

²³ É o caso da sala C, que reúne desde mosaicos romanos do século II a elementos decorativos visigóticos e mozárabes, dos séculos VII e VIII.

arqueológico corre o risco de perder todo o seu significado, caso não seja exposto de forma que permita ao visitante visualizar e compreender sua origem e forma de utilização. Neste sentido, as vitrines que retratam a vida cotidiana de Conimbriga cumprem esta importante função da museografia, apesar de alguns problemas em sua estrutura, que serão oportunamente abordados.



Figura 12: Vitrine da Sala A, dedicada às construções romanas (foto do autor).

Logo à entrada, os visitantes deparam-se com um mapa do Império Romano em sua extensão máxima, com o único recurso interativo do museu: ao apertar o botão correspondente a uma determinada moeda, o visitante vê acender uma lâmpada indicando no mapa a região de procedência.



Figura 13: Entrada e painel interativo da Sala A (foto do autor).

O fato de a circulação monetária ser apresentada logo no início do percurso visa destacar o posicionamento de Conimbriga como uma parte integrante das redes comerciais que ligavam todo o império, fazendo com que moedas e objetos dos locais mais distantes chegassem até esta povoação na remota Lusitânia (ALARCÃO, 2000, p.9).

Na sequência da vitrine de Numismática, são apresentadas outras dedicadas aos temas: Trabalho em Metal, Cerâmica, Trabalho em Pedra, Carpintaria, Agricultura e Pesca, Materiais de Construção, Forjas e Implementos, Louças, Escrita, Iluminação e Passatempos, Saúde e Higiene, Adorno Pessoal, Pesos e Medidas e Equipamento Militar.

Após o espaço de recepção e loja, segue-se a segunda sala de exposição (sala B), dedicada à arquitetura de Conimbriga. Nesta sala é apresentada uma detalhada maquete do fórum de Conimbriga no período flaviano (final do século I d.C.), elaborada com base no conhecimento arqueológico disponível à época, além de esculturas encontradas durante as escavações realizadas no local.



Figura 14: Maquete do Fórum de Conimbriga, na Sala B (foto do autor).

A terceira sala (Sala C) é dedicada às artes decorativas em Conimbriga, como escultura, pintura mural e mosaicos. No piso desta sala há dois painéis de mosaicos retirados do sítio arqueológico nas fases iniciais das escavações arqueológicas, um dos quais retrata o Minotauro em seu labirinto. Como na época havia pouca preocupação com o registro detalhado das escavações, não se sabe de qual residência os mosaicos faziam parte (PESSOA, 2005, pp.196-197), perdendo-se assim informações relevantes sobre seu contexto.

Nas vitrines e paredes da sala, há fragmentos de esculturas, capitéis de colunas, partes de pinturas parietais, cerâmicas e elementos decorativos mais recentes, de origem visigótica (séculos VI a VIII) e moçárabe (séculos VIII a XI). Como exemplo do processo de recriação e resiliência da cidade de Conimbriga, uma peça decorada com padrões visigóticos foi esculpida em um monumento funerário romano reaproveitado, cuja inscrição ainda é parcialmente visível na lateral do objeto.



Figura 15: Mosaicos romanos e vitrines da Sala C (foto do autor).

A quarta sala é dedicada à religião e cultos de Conimbriga, tendo ao centro um conjunto diversificado de altares funerários, a maioria com inscrições referentes aos homenageados. Estes pequenos textos gravados nos monumentos funerários, assim como nos de natureza devocional ou honorífica, constituem o objeto de estudo da Epigrafia²⁴ e são uma das maiores fontes de informação sobre a sociedade da época romana (ENCARNAÇÃO, 2010, p.17). As paredes da sala contêm vitrines com árulas²⁵ devocionais de uso doméstico, além de amuletos e outros instrumentos de caráter religioso ou simbólico.

Nas vitrines do corredor que liga o museu ao restaurante são exibidas informações sobre as mais recentes campanhas de escavação no sítio arqueológico, incluindo alguns dos artefatos descobertos.

²⁴ Epigrafia é o estudo das inscrições realizadas em suportes duráveis, como a pedra, o metal e o barro. Distingue-se da Paleografia, que aborda a escrita em meio efêmero (papiro, pergaminho e papel).

²⁵ Pequenos altares.



Figura 16: Altares e placas funerárias na sala D (foto do autor).

3.2. Crítica da Expografia

De um modo geral, a exposição de longa duração ressentia-se da situação descrita por Virgílio Hipólito Correia: a extrema dependência do objeto, com pouca ênfase na interpretação do sítio arqueológico (CORREIA, 2008, p.81). Este é um problema que não é exclusivo do MMC-MN e pode ser observado em outros museus de Arqueologia em Portugal.

Como exemplo do foco no objeto, pode ser mencionado o tratamento dado à Numismática de Conimbriga, exatamente o primeiro conteúdo apresentado ao visitante. São apresentados alguns exemplares de moedas encontradas no sítio, com destaque para o tesouro com dez *solidi*²⁶ de ouro encontrados no terreno da FLUC em 1930. Esta foi uma descoberta espetacular ainda hoje, tendo recebido a classificação de Tesouro Nacional por sua relevância arqueológica (RENDEIRO, 2014, p.6). Contudo, sente-se a falta de informações sobre o motivo pelo qual estas moedas foram escondidas e esquecidas, o seu poder de compra e seu papel e importância no contexto geral da Arqueologia, como elemento fundamental para a

²⁶ *Solidus* (pl. *solidi*) era uma moeda de 4,5 g de ouro, emitida a partir do principado de Constantino no início do século IV.

datação das estruturas escavadas e para a compreensão das trocas comerciais e padrões de consumo das comunidades do passado.

Da mesma forma, os ofícios são apresentados de forma isolada, sem que estas atividades sejam apresentadas em seu contexto mais amplo, incluindo os papéis sociais e as relações estabelecidas com outras localidades. No caso dos trabalhos em pedra, deixa-se de lado aspectos importantes, como a proveniência da matéria prima para as oficinas de produção de esculturas, colunas e monumentos. A ausência de rochas de qualidade nas imediações da Conimbriga demandaria um complexo sistema de transporte desde pedreiras distantes, envolvendo redes de comunicação, estradas, vias fluviais e agentes diversos.

Toda esta complexidade fica oculta em uma exposição que limita-se a apresentar as ferramentas e alguns exemplos da produção dos canteiros²⁷, escultores e lapicidas²⁸ conimbricenses. Não é feita também menção ao fato de os modelos itálicos serem adotados rapidamente pelas oficinas de Conimbriga, o que evidenciaria o intenso processo de difusão cultural que ocorria desde a metrópole de Roma até a remota Lusitânia.



Figura 17: Vitrine apresentando o trabalho em pedra (Foto do autor).

Este exemplo pode ser extrapolado para todos os demais conteúdos da exposição de longa duração e é agravado pela dificuldade em realizar qualquer alteração, mesmo as de

²⁷ Artesão que produz blocos de pedra em formato quadrangular, retangular ou cilíndrico, para uso em construções.

²⁸ Responsável pela gravação de textos epigráficos em lápides, placas e altares.

pequena monta, devido à estruturação pouco flexível das vitrines. Embora bem elaboradas, com imagens que ilustram o uso dos artefatos na era romana e com uma quantidade adequada de objetos, o projeto gráfico e a linguagem empregada nas vitrines parece desatualizada e defasada após mais de três décadas de sua elaboração. A área disponível, mantida a configuração atual, não apresenta possibilidade de uso de expositores, módulos verticais, pedestais ou outros recursos expositivos.

Há poucas informações sobre a origem e o histórico dos objetos, mesmo nos guias e catálogos impressos. Isto deve-se ao fato de muitos dos vestígios encontrados em Conimbriga nas fases iniciais da exploração não terem sido adequadamente documentados, fazendo com que se perdessem informações relevantes sobre sua origem. O seu trânsito pelo museu do Instituto de Coimbra e pelo MNMC, antes de serem finalmente depositados no MMC-MN, agravou ainda mais esta situação (SILVA, 2020). Contudo, as informações sobre as circunstâncias que envolveram a localização dos objetos, mesmo que reduzidas, são importantes para que o visitante compreenda melhor o contexto de cada vestígio.

Um exemplo são os monumentos funerários da sala D, que foram, em sua maioria, encontrados na muralha do Baixo Império, onde eram utilizados como *spolia*, blocos de pedra reaproveitados de edifícios anteriormente existentes. O fato dessas lápides terem sido reaproveitadas como material de construção é testemunho de um momento de transição na história de Conimbriga e de todo o Império Romano, no qual os ritos funerários e o culto aos deuses sofreram os impactos da difusão do Cristianismo e perderam sua importância simbólica. Sem estas informações contextuais, o visitante deixa de perceber a conexão entre estes objetos, o local onde foram encontrados no sítio arqueológico e seu uso original, o que limita a riqueza de sua experiência.

A disposição das salas de exposição também apresenta outros problemas que afetam a experiência do visitante, como a interrupção do fluxo pelo espaço da loja, situado entre as salas A e B. A já mencionada limitação do espaço expositivo disponível levou à necessidade de utilização de espaços no corredor que liga a loja ao restaurante como área de exposição, onde são exibidos os resultados das mais recentes campanhas de escavação realizadas em Conimbriga. Apesar das vitrines serem informativas e bem organizadas, a função mista do corredor torna inadequado seu uso para apresentar conteúdos de tal importância.



Figura 18: Vitrines do corredor do MMC-MN (Foto do autor).

No Estudo de Público realizado pela DGPC (2019), descrito adiante com maiores detalhes, há referências à necessidade de renovação da exposição, com textos mais informativos e uso de recursos que permitam maior interação entre público e acervo. Os participantes do estudo também manifestaram interesse em conhecer outros aspectos da vida cotidiana e da cultura dos antigos moradores da cidade, tais como o vestuário, a habitação, o modo de vida e até mesmo a música de Conimbriga, temas que requerem uma musealização que vá além da simples exposição de vestígios arqueológicos.

Apesar da qualidade das pesquisas e dos materiais arqueológicos utilizados, a expografia do MMC-MN mostra uma fragilidade essencial: sua falta de atualização. Como questiona Filipe Coelho, o museu mantém a mesma exposição há mais de três décadas. “Mas quanto a arqueologia e a museologia não evoluíram nos últimos 30 anos? E a tecnologia?” (COELHO, 2016, p.63). A defasagem em termos de linguagem museográfica e de uso de novas tecnologias na comunicação museológica ficou ainda mais evidenciada após a inauguração, em 2017, de um novo museu dedicado ao tema da romanização do mesmo território, na cidade de Condeixa-a-Nova, a escassos dois quilômetros do MMC-MN.

3.3. O Museu do Portugal Romano de Sicó (PO.RO.S.)

A necessidade de renovação fica patente ao comparar-se o discurso expográfico do MMC-MC com o do PO.RO.S. Embora trate-se de um equipamento cultural com

características diferentes das de um museu, em seu sentido mais estrito, a comparação permite identificar algumas inovações museográficas que poderiam ser incorporadas no MMC-MN.

O PO.RO.S. foi inaugurado em 2017, com o objetivo de mediar e promover a herança cultural romana, de forma dinâmica, interativa e educativa (PO.RO.S., s/d). Sua abertura esvaziou outras propostas de criação de novas estruturas museológicas em substituição às atuais instalações do MMC-MN (COELHO, 2016; CORREIA, 2008), ou pelo menos tornou-as mais difíceis de serem viabilizadas. Enquadra-se na categoria denominada, em Portugal, de Centros de Interpretação, instituições voltadas para a apresentação e descrição de um sítio arqueológico ou território. Os Centros de Interpretação são estruturas que operam com acervos limitados ou inexistentes, utilizando como recursos expositivos textos, cartazes, fotografias, infográficos, vídeos, programas interativos e réplicas de vestígios encontrados nos sítios arqueológicos a que se referem.



Figura 19: O Museu do Portugal Romano de Sicó - PO.RO.S. (Foto do autor)

No caso do PO.RO.S., o território a que se propõe apresentar é o da Serra do Sicó, região de cerca de 1.500 km², envolvendo seis concelhos (Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure) que compartilham as mesmas características naturais e numerosos vestígios de sua herança romana. O PO.RO.S está localizado na cidade de Condeixa-a-Nova, no prédio da antiga Quinta de São Tomé, contando com excelentes instalações para exposições de longa e curta duração, além de cafeteria, auditório e espaço para suas atividades educativas.

Sua expografia é baseada na interatividade e na comunicação educativa, com ênfase nos elementos do legado romano que persistem até nossos dias. Um exemplo de sua linguagem museográfica inovadora é o uso de objetos atuais, como um *tablet*, ao lado de uma placa de cera utilizada pelos romanos para escrever, evidenciando a semelhança entre dispositivos separados no tempo por dois milênios. Os visitantes do PO.RO.S. também têm a oportunidade de manusear réplicas de armas, utensílios e esculturas, além de poderem navegar por maquetes virtuais e assistir a vídeos sobre a vida nos tempos romanos, entre outras experiências interativas. O uso extensivo de tecnologia permite aos visitantes uma experiência imersiva, o que valeu ao PO.RO.S o prêmio “*Heritage in Motion*” em 2018, além de ter sido o único museu português indicado para o “Museu Europeu do Ano” em 2020.



Figura 20: Detalhes da exposição de longa duração do PO.RO.S. (Foto do autor).

A comunicação mediada pela tecnologia tem sido um ponto de destaque do PO.RO.S desde a sua concepção, com o uso de vídeos curtos, recursos interativos e modelagens 3D ao longo de toda a exposição. Durante o recente período de fechamento devido à pandemia (de dezembro de 2020 a abril de 2021), o museu lançou um programa de visitas guiadas on-line, direcionadas aos alunos de escolas, um de seus maiores segmentos de público.

Por estarem ambos situados no mesmo concelho e desenvolverem temáticas semelhantes, é natural que haja algum grau de superposição entre as duas instituições. Para gerar sinergia e evitar os efeitos prejudiciais desta superposição, o MMC-MN e o PO.RO.S desenvolvem algumas ações conjuntas, além de divulgarem-se mutuamente e oferecerem um serviço de transporte gratuito entre os dois museus. Esta iniciativa, que tem por objetivo facilitar o deslocamento e o acesso pelos visitantes, ficou prejudicada devido às restrições causadas pela pandemia.



Figura 21: Quiosque do PO.RO.S no saguão do MMC-MS (Foto do autor).

Apesar da preocupação em evitar redundâncias, a existência de dois museus tão próximos com o mesmo tema e com linguagens expositivas tão diversas pode gerar questionamentos por parte dos visitantes. Infelizmente o mais recente Estudo de Público do MMC-MN foi realizado a partir de dados coletados antes da abertura do PO.RO.S., o que impede uma comparação mais fundamentada entre ambos. De qualquer maneira, a linguagem mais atual, dinâmica e multissensorial do PO.RO.S. contrasta fortemente com o formalismo e rigidez da exposição do MMC-MN, indicando alguns caminhos para uma muito necessária atualização deste último.

3.4. O Público do MMC-MC

Como integrante da rede de museus coordenados pela DGPC, o MMC-MN participou do mais recente "Estudo de Públicos de Museus Nacionais". O estudo foi realizado ao longo de 2015 e aplicado simultaneamente em 14 museus sob tutela da DGPC, com base em uma metodologia desenvolvida pelo seu corpo técnico. Os dados foram recolhidos por meio de um questionário padronizado e preenchido, em computadores disponibilizados para esta finalidade, por visitantes selecionados de forma aleatória no momento da aquisição dos ingressos. Apesar de os dados terem sido colhidos em 2015, os resultados foram disponibilizados ao público somente em 2019.

Com base na amostra do estudo, 62% dos visitantes do MMC-MN eram portugueses e 38% estrangeiros (dados de 2016). A maioria (89%) é composta por turistas de fora da região e 10,5% vem de Condeixa e dos concelhos limítrofes. O público tende a ser mais jovem, com 41% entre 16 e 35 anos²⁹, provavelmente em decorrência do grande número de estudantes que visitam o museu em grupos organizados por suas escolas. As visitas ao MMC-MN são mais demoradas do que a média dos museus da DGPC, com 22% destas a estenderem-se por mais de duas horas (DGPC, 2019, pp.35-56). Este resultado pode ser parcialmente explicado em função da extensão da área visitável do sítio arqueológico, que demanda um tempo maior para sua exploração.

Verifica-se que a maioria dos visitantes provêm de outras partes de Portugal e do estrangeiro, com reduzida presença de moradores da região. Isto pode indicar a pouca

²⁹ Os menores de 16 anos não responderam ao questionário do Estudo de Público.

atratividade do MMC-MN para este público, demandando um processo de renovação das exposições, por meio de mostras de curta duração e da realização de eventos culturais, que resulte em um maior envolvimento deste segmento com o museu. A duração média das visitas, entre uma e duas horas, indica haver espaço para a criação de alternativas que maximizem o valor da deslocação dos turistas e enriqueçam a sua experiência em Conimbriga, como percursos de caminhada e visitas guiadas pelos vestígios arqueológicos existentes nas aldeias vizinhas de Condeixa-a-Velha e Alcabideque.

O Estudo de Público também contemplou elogios e sugestões de melhoria da experiência de visita ao MMC-MN. Entre muitos elogios, os visitantes apresentaram algumas possibilidades de aprimoramento da museografia³⁰. Quanto à exposição em si, os comentários mais relevantes foram:

- “É necessário melhorar os conteúdos informativos dos temas e objetos expostos”.
- “O percurso é desinteressante e comum - caminha-se pela sala olhando para coisas atrás do vidro. Claro que os objetos têm que ser protegidos, mas um leiaute com mais interação seria mais atrativo”.
- “Melhorar a exposição permanente nomeadamente iluminação, renovação do espólio exposto”.
- “Mais informações sobre a exposição permanente, em espanhol se possível”.
- “A exposição do museu pode ser melhorada com um pouco mais de contexto histórico dos romanos na Península Ibérica”.
- “Deveria investir mais em investigação e em exposições temporárias”.
- “Exposições temporárias mais contemporâneas e interactivas”.

Um aspecto que não é contemplado na exposição do MMC-MN é a sua própria história, ainda mais considerando que o museu é o resultado de pesquisas arqueológicas que ocorrem há mais de um século, com farta documentação e iconografia a respeito. Os visitantes assinalaram sua expectativa em relação a este ponto:

³⁰ As sugestões escritas em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

- “Mais informação sobre as escavações, as descobertas arqueológicas e a sua história”.
- “Gostaria de saber sobre os trabalhos de escavação e das descobertas do sítio arqueológico”.
- “Maiores informações sobre o processo histórico de escavação e também das atividades atuais”.
- “Sugiro incluir um espaço histórico onde se conte o processo de descobrimento das ruínas, a formação do museu, como se deu a coleta do acervo, pois, além da história em si, alguns visitantes se interessam por saber como foi formado o museu, vez que há perguntas que não ficam respondidas durante o passeio”.

Alguns visitantes manifestaram seu interesse em conhecer também outros aspectos da vida dos moradores de Conimbriga na era romana, que não são tratados no projeto expositivo atual:

- “Seria interessante vermos como eram as casas daqueles tempos, vestuário, penteados, a música que ouviam (que poderia ser ouvida em som de fundo) e alimentos que comiam”.
- “Gostei de ver e de conhecer o museu, apesar de eu achar que podia ter mais informações sobre o vestuário, gostos musicais, etc. dos romanos”.
- “A acrescentar ao museu podiam retratar réplicas de vestuário, mobiliário e modo de vida mesmo que seja sem achados locais. Isto podia ser algo interativo em que as pessoas /crianças podiam tocar e cheirar. Mostrar os produtos da terra que potencialmente seriam produzidos. Há coisas muito interessantes que se podiam fazer, sem um investimento avassalador”.

O uso de recursos interativos e reconstituições digitais dos edifícios foi outro aspecto assinalado pelos visitantes como algo que poderia ser utilizado para permitir uma visualização das ruínas em seu estado original, de forma a dar maior atratividade à exposição de longa duração do MMC-MN e a enriquecer a visita ao sítio arqueológico:

- “Gostaria de mais informações durante o percurso do museu, além de imagens que expliquem as reconstituições”.
- “Seria interessante que houvesse outras maquetes das ruínas, não só no museu, mas também ao longo do parque, para melhor compreensão de como era Conimbriga”.

- “Acho que seria boa ideia terem imagens criadas em computador para demonstrar o aspecto da ruína que o visitante está de momento a observar. A quantidade de imagens não é suficiente o que faz com que a ideia seja pouco apurada”.
- “Mais informação com imagens, para que seja possível imaginar como [as ruínas] deveriam parecer!! Do jeito que está agora, não dá para visualizar”.
- “Seria muito pedagógica e ilustrativa a reprodução de um vídeo/ animação sobre as ruínas de Conimbriga (que explicasse melhor um pouco da sua história)”.

Os pontos de melhoria assinalados pelos visitantes que participaram do Estudo de Público confirmam a necessidade de uma atualização da expografia do MMC-MN, não apenas no que se refere aos recursos e tecnologias utilizadas, mas também quanto aos temas incluídos no discurso expositivo e a forma de apresentá-los. Certamente a expectativa do público em relação à experiência de visita a museus mudou significativamente nos últimos 35 anos, o que por si só já demandaria uma revisão de todo o processo museográfico do MMC-MN.

Além das sugestões e críticas quanto aos aspectos expositivos, os visitantes também manifestaram sua percepção em relação à visita às ruínas, comentando sobre a necessidade de pontos de descanso, instalações sanitárias, sinalização mais efetiva e melhores condições de acessibilidade, além das já mencionadas sugestões de melhoria das informações sobre as ruínas.

3.5. Outras ações do MMC-MN

O Programa Educativo do MMC realiza atividades de caráter lúdico e pedagógico para grupos de alunos de escolas, conforme informado em sua página na internet³¹. Estas atividades podem incluir o apoio na preparação das atividades e o fornecimento de materiais didáticos. O carro-chefe destas atividades são as visitas guiadas pelo sítio arqueológico, também acessíveis a grupos não ligados a escolas.

³¹ patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-monografico-de-conimbriga/



Figura 22: Cartazes de atividades promovidas pelo MMC-MN (Montagem do autor sobre fotos do MMC-MN)

O MMC-MN realiza também eventos artísticos, culturais e educativos em suas instalações e espaços, com temas ligados ou não à romanização. Numa consulta às redes sociais do MMC-MN, foram encontradas pelo menos 30 atividades realizadas entre 2017 e 2019. Entre os eventos realizados recentemente, incluem-se conferências, concertos, óperas, peças de teatro, apresentações de dança, exposições de fotografias, encontros de formação profissional, competições esportivas, lançamentos de livros e workshops diversos.

Um evento com grande capacidade de atração de público é o festival “Condeixa - Vislumbre de um Império”, no qual são recriados diversos aspectos da vida romana, com desfiles em trajes de época, combates de gladiadores, apresentações artísticas e banquetes com pratos típicos da Roma imperial (CONDEIXA, 2019). O festival, apresentado nos cartazes de divulgação como o maior evento de recriação histórica romana de Portugal, é promovido pela cidade de Condeixa e conta também com a participação do PO.RO.S. A sexta edição do festival ocorreu em 2019, com a participação de 10.000 pessoas em seus três dias de realização³².

³² O festival “Condeixa - Vislumbre de um Império” não foi realizado em 2020 e 2021, devido à pandemia.



Figura 23: Festival “Condeixa - Vislumbre de um Império” (Fonte: Jornal Terras de Sicó).

A importância dos eventos para os museus em geral é a capacidade de trazer novos visitantes para suas instalações, incluindo pessoas que não viriam ao local apenas para conhecer suas exposições, ou que já o visitaram e provavelmente não retornariam sem esse atrativo adicional. Com isso, o museu pode gerar maior interesse e envolvimento com a instituição por parte de seus públicos, reais e potenciais. No caso do MMC-MN, os eventos ainda colaboram para trazer visitantes das cidades em seu entorno e que, como visto no Estudo de Público, frequentam o museu mais para acompanhar parentes e amigos de outras regiões do país do que por interesse próprio em rever a exposição de longa duração (DGPC, 2019, p.59).

As publicações do MMC-MN são bem cuidadas quanto ao conteúdo, apresentando as informações básicas sobre cada um dos objetos em exposição, embora nem todos sejam mostrados em imagens. No caso dos catálogos, a apresentação dos conteúdos segue a ordem das salas de exposição e das vitrines temáticas, com um texto que apresenta o assunto em seu contexto histórico, seguido por uma descrição de cada objeto, alguns dos quais são mostrados por meio de fotos. Os textos utilizados nos catálogos foram escritos para a reabertura do museu em 1985 e têm sido divulgados nas publicações do museu desde então, com poucas alterações pontuais.

O Guia das Ruínas, em sua edição mais recente (2017) é bem elaborado e informativo, permitindo ao visitante ter acesso a detalhes sobre as estruturas já descobertas em Conimbriga, complementando as informações apresentadas nas placas ao longo do percurso do sítio, além de plantas baixas e desenhos com reconstruções do aspecto original das ruínas. Contudo, deve ser adquirido pelos visitantes interessados, o que limita sua utilização.

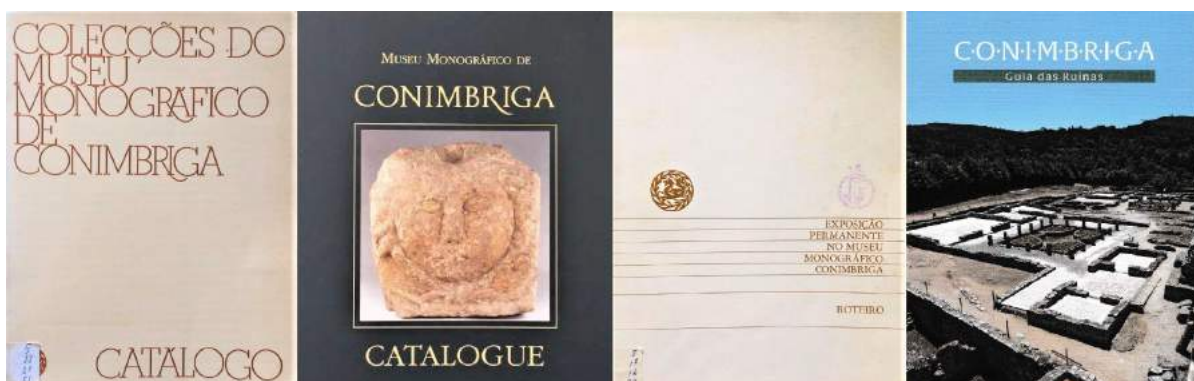


Figura 24: Catálogos e publicações do MMC-MN (Montagem do autor).

O MMC-MN está presente nas mídias sociais, com perfis no Facebook, Twitter e Pinterest, além de um canal no Youtube, pelos quais são divulgadas as ações e informações direcionadas para o público do museu³³. Está também no Google Arts and Culture, com a exposição online “Conimbriga, uma cidade romana da Lusitânia”³⁴, na qual são apresentados os principais locais do sítio arqueológico e os objetos mais significativos do museu. Apesar de serem iniciativas fundamentais para a comunicação dos museus, o Estudo de Público mostrou uma baixa percepção e uso por parte dos visitantes, com 70% informando desconhecer as redes sociais do MMC-MN (DGPC, 2019, p.64).

³³ Em abril de 2021, o MMC-MN contava com 11.968 seguidores no Facebook, 215 no Twitter, 205 no Pinterest e 61 no Youtube. No Instagram há somente uma hashtag.

³⁴ <https://artsandculture.google.com/partner/conimbriga-monographic-museum>

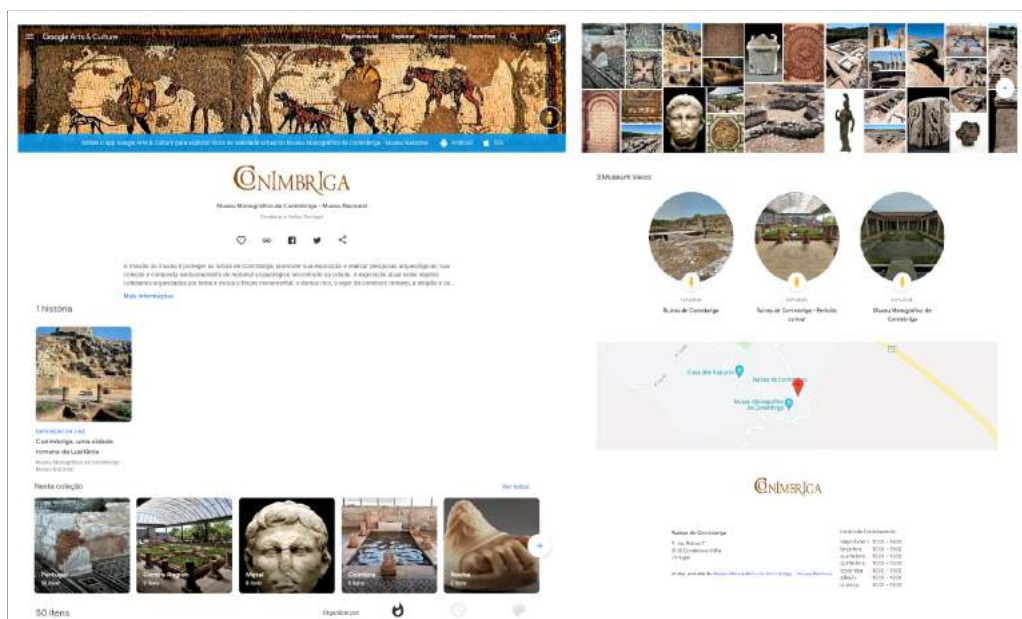


Figura 25: Página do MMC-MN no Google Arts and Culture.

3.6. Relacionamento com a comunidade

Um dos maiores desafios colocados diante do MMC-MN é sua relação com a vizinha aldeia de Condeixa-a-Velha. Depois de mais de um século de atividades arqueológicas, Conimbriga consolidou-se como o principal foco de atração turística da região. Contudo, o afluxo de visitantes atraídos pelo museu e pelo sítio arqueológico traz poucos benefícios para os moradores de seu entorno, especialmente os habitantes da aldeia de Condeixa-a-Velha, imediatamente vizinha. Isto se deve ao fato de os turistas limitarem-se a visitar as ruínas e o museu, sem dedicar maior atenção à aldeia ou ao patrimônio arqueológico existente em seu entorno imediato.

Além dos reduzidos benefícios trazidos pela proximidade com Conimbriga, a criação do sítio arqueológico representou, para os seus vizinhos, uma série de impactos sociais e econômicos negativos, devido ao encerramento de atividades que eram relevantes para o sustento e para o modo de vida da comunidade. A desapropriação de parcelas de terreno para as escavações arqueológicas, na primeira metade do século XX, privou a população de algumas de suas fontes de renda tradicionais, como o cultivo de oliveiras e de cereais. Nos anos 1950, o problema agravou-se com o fechamento da pedreira de mós de moinho existente dentro do sítio arqueológico, prejudicando ainda mais a situação econômica da aldeia.

Condeixa-a-Velha era reconhecida pela qualidade do trabalho de seus seus “cabouqueiros”, artesãos que produziam as mós com a pedra calcária da região (COELHO, 2016, p.33).



Figura 26: Pedreira de mós e monumento aos cabouqueiros de Condeixa-a-Velha (Foto do autor).

O fim de ofícios tradicionais e das correspondentes fontes de renda gerou sentimento de perda e de rejeição entre os moradores, que vêem as ruínas como um fator prejudicial, mais do que como uma oportunidade de melhoria de suas condições de vida. "Desde então, aos seus olhos, a ruína é vista como um problema e não como uma vantagem" (*Ibidem*).

Este histórico oculta um aspecto muitas vezes esquecido: os habitantes de Condeixa-a-Velha são, em sua origem, descendentes dos moradores da Conimbriga romana (COELHO, 2016, p.26). Além disso, ocupam um espaço geográfico que se sobrepõe ao território original do *oppidum* e que guarda ainda diversos vestígios da época romana, como as ruínas do Aqueduto, alguns trechos da muralha do Alto Império e, especialmente, o Anfiteatro, principal ponto de conexão entre a aldeia e o sítio.

Aspectos relevantes da história recente da aldeia ficam também mascarados pelos sentimentos negativos em relação ao sítio, como o protagonismo de seus moradores na descoberta dos primeiros vestígios romanos e sua participação nas várias campanhas arqueológicas realizadas desde o final do século XIX. A comunidade possui ainda um significativo património imaterial que carece de registo e divulgação, como a lembrança dos ofícios tradicionais da lavoura e da produção de mós, além das memórias, tradições e crenças compartilhadas, muitas das quais podem remontar a séculos. Este património cultural de Condeixa-a-Velha está estreitamente ligado a Conimbriga e, com uma articulação adequada,

pode reverter o distanciamento e trazer benefícios mútuos para o sítio e para a aldeia (PESSOA, 2005, p.184)



Figura 27: Entradas do anfiteatro de Conimbriga, em Condeixa-a-Velha (foto do autor).

Neste sentido, é possível questionar qual é o papel do MMN-MC no relacionamento com seus vizinhos imediatos, e de que forma o museu está cumprindo sua função social em relação a este segmento. Os museus também devem estar atentos às questões decorrentes do relacionamento com seu contexto ampliado, de forma a considerar, na elaboração de suas ações, não apenas seus públicos atuais mas também os denominados “não-públicos”, ou seja, aqueles que não visitam a instituição mas que poderiam vir a fazê-lo (IBRAM, 2012).

O Conselho Internacional de Museus (Icom) estabelece, na atual definição de museu, que estes são instituições que devem estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.64). Do ponto de vista da Museologia Social, o MMC-MN deveria ter entre seus objetivos a busca de um maior envolvimento da comunidade na definição dos elementos de sua história e de seu patrimônio, em lugar de serem meros espectadores da reconstrução de um passado que lhes diz pouco respeito.

Para que o mencionado desenvolvimento da sociedade ocorra de forma ampla, é necessário agregar valor econômico ao património cultural, como concluiu um recente estudo realizado em Portugal, de forma a permitir que as comunidades, especialmente as pequenas e esvaziadas aldeias e vilas do interior, possam beneficiar-se deste importante recurso

(GONÇALVES *et.al*, 2020). O estudo revela que é cada vez mais evidente o papel e a responsabilidade dos museus como gestores de parcela significativa do património, fator de atração de visitantes e de geração de desenvolvimento sustentável. Isto também se aplica aos museus de Arqueologia e a outras instituições congêneres, uma vez que

a musealização de sítios arqueológicos assume papel mais definido e amplia os vetores de articulação entre a pesquisa e a sociedade, no que diz respeito às interfaces entre preservação e desenvolvimento local (BRUNO, 2005, p.235).

Por meio este papel, o MMC-MN pode (e deve) agregar às suas atividades algumas estratégias de integração que contribuam para o resgate e a valorização da história e da cultura de Condeixa-a-Velha, com ações que integrem a comunidade e seu espaço como parte relevante do território do sítio arqueológico, de forma a apresentar aos visitantes outros pontos de atração que ofereçam uma experiência para além de Conimbriga. O museu poderia, por exemplo, coordenar programas de identificação e resgate do património de Condeixa-a-Velha, tanto material quanto imaterial, valorizando a memória e a auto-estima da comunidade.

No campo das exposições de curta duração, um bom tema seria a participação dos moradores de Condeixa-a-Nova nas escavações que permitiram a descoberta de grande parte do sítio arqueológico. Uma exposição com este tema poderia contar com o vasto acervo fotográfico do MMC-MN, complementado por alguns de seus objetos e o testemunho dos moradores da aldeia, registrado por meio de sua história oral.



Figura 28: Moradores de Condeixa-a-Velha nas escavações da década de 1930 (PESSOA, 2005, p.219).

Outra ação recomendável é a integração entre os espaços da aldeia e do sítio, com a criação de percursos de caminhadas ou de passeios ciclísticos que permitam aos frequentadores do MMC-MN visitar as ocorrências patrimoniais e locais de interesse no território de Condeixa-a-Velha, como o caminho que acompanha o antigo aqueduto até a aldeia de Alcabideque.

Outro passeio poderia ser realizado ao longo do trajeto da antiga via romana que ligava Conimbriga a *Collipo* (atual Leiria), passando pelas ruínas da antiga ponte romana sobre o Rio dos Mouros e pelas formações geológicas características da região, como as “buracas” (cavernas).

Percursos como estes, desconhecidos pela grande maioria das pessoas que deslocam-se até o MMC-MN, poderiam agregar novas dimensões à experiência dos visitantes e permitiriam que os moradores locais possam também beneficiar-se do significativo fluxo de turistas que passam Conimbriga.



Figura 29: *Castellum* de Alcabideque, início do aqueduto de Conimbriga (Foto do autor).

3.7. Desafios e propostas

Um dos desafios enfrentados pelo MMC-MN é a pouca integração entre o museu (ou seja, o espaço expositivo) e o sítio arqueológico (as ruínas). Os objetos expostos no museu são utilizados para ilustrar a história e o modo de vida dos moradores de Conimbriga, mas sem uma ligação maior com as estruturas do sítio, com exceção da magnífica maqueta do Fórum, por meio da qual os visitantes conseguem visualizar e comparar a construção original com seus vestígios atuais.

Da mesma forma, o contexto de uso dos objetos e dos locais onde foram encontrados poderia agregar novas camadas de significado à exposição. Um exemplo é o chamado “vaso fálico”, um artefato quase sem paralelos conhecidos e de provável uso ritual, que foi encontrado enterrado em uma das residências coletivas de Conimbriga (ALARCÃO, 1984, p.123). Sem maiores informações sobre seu aspecto simbólico e seu uso como oferenda para proteção do edifício, o vaso fálico passa a ser apenas mais um objeto de aparência curiosa, perdendo-se muito de seu potencial para mostrar um aspecto relevante das crenças e superstições romanas.

O uso de recursos das tecnologias da informação como a modelagem 3D, a realidade expandida ou mesmo vídeos em monitores *touch-screen* permitiria ao visitante conhecer e

visualizar as residências e edifícios de Conimbriga em suas diversas fases, enriquecendo e ampliando sua experiência no contato com as ruínas, a exemplo do que ocorre, de forma limitada, com a maquete do Fórum. A sinalização das estruturas e dos percursos no sítio, um aspecto apontado no Estudo de Público como carente de melhorias, também pode ser aprimorada por meio de recursos como audioguias e mapas digitais. Foram realizadas algumas experiências com a reconstrução de parte da Casa dos Repuxos em realidade virtual (GONÇALVES, 2002), mas que não resultaram ainda em serviços efetivamente disponibilizados para os visitantes. O uso de aplicativos em *smartphones*, com mapas, audioguias, imagens, informações acessadas por QR Codes e até mesmo recursos de realidade ampliada, dariam ainda maior riqueza e profundidade às visitas.

O baixo grau de interatividade e o distanciamento entre visitantes e objetos é uma característica de museus de concepção mais tradicional, como o MMC-MN. A montagem de galerias tácteis com objetos, autênticos ou réplicas, que possam ser tocados e utilizados pelos visitantes, a exemplo do que ocorre no PO.RO.S e no Centro Interpretativo de Bobadela Romana, também em Portugal, são outras possibilidades de enriquecimento da experiência do visitante. No Centro de Bobadela, vestígios arqueológicos reais, como objetos de cerâmica e fragmentos de esculturas, são colocados à disposição em expositores sem tampo de vidro, para serem livremente manuseados pelos visitantes.

Assegurar a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida é uma dificuldade comum aos sítios arqueológicos em geral, devido a fatores como a irregularidade do terreno, a existência de blocos de pedra e fragmentos de construções espalhados pelo espaço e a necessidade de limitar áreas de risco para os visitantes e os vestígios. Em alguns casos, o MMC-MN resolveu parcialmente estas dificuldades com a construção de passarelas de metal, que facilitam o acesso sem alterar de forma permanente o sítio arqueológico, como prescrito pelas cartas patrimoniais. Contudo, esta é uma solução de uso limitado e que não atende a todas as situações de dificuldade de acesso no espaço das ruínas. Além disso, a acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva ou visual também são questões ainda a serem solucionadas, tanto no museu quanto no sítio, provavelmente pela implementação de recursos como audioguias e modelos dos artefatos e edifícios em escala reduzida.

Outro aspecto limitador é a falta de uma área destinada a exposições de curta duração no MMC-MN. Estes eventos são uma das ferramentas mais utilizadas por museus para dinamizar seus espaços e fazer com que os visitantes tenham interesse em retornar repetidas vezes, algo que provavelmente não fariam apenas para rever a mesma exposição de longa duração. A realização de exposições temáticas de curta duração permitiria também aprofundar determinados temas como a numismática de Conimbriga, as formas de morar e vestir, a história do sítio arqueológico e os ofícios tradicionais de Condeixa-a-Velha, entre outras possibilidades.

Nos últimos anos, observou-se um crescente interesse por Conimbriga e pelo território à sua volta, expresso na quantidade de trabalhos acadêmicos com propostas para a requalificação da área de Conimbriga e seu entorno, de forma a integrar os diversos recursos patrimoniais do território. Desde 2016, há um movimento no sentido de apresentar a candidatura de Conimbriga a Patrimônio da Humanidade, envolvendo diversos agentes políticos, sociais e acadêmicos da região. Iniciativas como palestras e visitas guiadas têm sido promovidas pelo Ecomuseu de Condeixa, outra instituição museológica local, com o objetivo de mobilizar os habitantes da região para a necessidade de valorização e preservação do patrimônio e da cultura local. No recente Dia Nacional dos Monumentos e Sítios, foi lançada pelo MMC-MN a iniciativa “Conimbriga Extramuros”, com o objetivo de estreitar os laços com a comunidade local e com possíveis parceiros que colaborem para ampliar o campo de ação do museu, para além dos limites do sítio arqueológico.



Figura 30: Muralha de Conimbriga (Foto do autor).

Às vésperas de completar 60 anos de sua inauguração, o MMC-MN tem à frente muitos desafios, mas conta com um rico patrimônio e com possibilidades que, se bem aproveitadas, podem torná-lo ainda mais atuante como centro gerador de conhecimentos sobre um período histórico tão marcante na construção da identidade cultural dos portugueses e, por extensão, também dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos, ao longo deste trabalho, o funcionamento do MMC-MN e algumas situações decorrentes da musealização de um sítio arqueológico. O exemplo do MMC-MN permitiu evidenciar a aplicação dos princípios e técnicas da Museologia em um contexto delimitado pela Arqueologia. Embora trate-se de um caso bastante específico, pudemos observar que as questões com as quais o MMC-MN defronta-se podem ter um grau elevado de complexidade e especificidade, mas não são tão diferentes das que enfrentam os museus em geral, enquanto instituições que tratam da memória e do patrimônio.

Reconstituir a história da cidade durante os séculos entre sua fundação e abandono é uma tarefa que demanda ações em várias áreas de atuação, desde a conservação de seu acervo até a prospecção de seus vestígios arqueológicos. O MMC-MN tem desafios constantes a enfrentar, para que possa cumprir seus objetivos como instituição de salvaguarda de um patrimônio nacional e, ao mesmo tempo, desempenhar suas funções museológicas de preservação, pesquisa e comunicação de seu acervo, gerando benefícios para todos os seus públicos.

A Arqueologia atual, como vimos, vai além da gestão dos vestígios do passado, incorporando outras vertentes conceituais e tecnológicas. Da mesma forma, os museus de Arqueologia ultrapassam os limites do patrimônio material, incluindo o patrimônio imaterial das sociedades que fazem parte do seu universo de estudo. Mesmo um museu com práticas expositivas tradicionais, como o MMC-MN, pode desenvolver ações alinhadas com as vertentes mais atuais da Museologia. Ao contribuir para o resgate de saberes tradicionais e para o fortalecimento da identidade, cultura e memória da comunidade à sua volta, o museu mostrará que estes fatores estão associados à história de Conimbriga e representam a permanência, nos dias de hoje, de formas de vida e padrões culturais que podem ter origens tão remotas quanto as construções da cidade romana.

Hoje, temos uma percepção maior de como o patrimônio cultural pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Como gestores de parcela significativa do patrimônio e como fator de atração de visitantes, cabe aos museus uma grande parcela da

responsabilidade para que esse patrimônio traga benefícios para as comunidades onde se localizam. No caso do MMC-MN, este papel pode e deve ser desempenhado de forma a contribuir para o desenvolvimento da região, pela valorização do patrimônio e pela criação de benefícios sustentáveis em seu território.

Vimos que há muito a ser feito para que o MMC-MN esteja à altura dos desafios que enfrenta, incluindo questões como estrutura física, tecnologia, recursos financeiros e o estabelecimento de parcerias. São desafios cuja solução nem sempre estará próxima, mas que devem ser superados para que o museu mantenha-se dinâmico e atualizado. Desta forma, o sítio arqueológico de Conimbriga não será apenas um conjunto de ruínas de um passado distante, mas sim uma fonte permanente de conhecimento, significado e identidade para as pessoas que formam seus diversos públicos de interesse.

A Conimbriga que hoje vemos foi criada pela passagem do tempo e pela ação de pessoas de diferentes culturas, religiões e procedências. As ruínas e os artefatos que encontram-se no sítio arqueológico e nas salas de exposição são testemunhas de um longo processo histórico, cujo início e final podemos apenas imaginar. Cada um dos objetos que ali se encontram tem muito para contar e o MMC-MN é fundamental para que suas histórias sejam descobertas, registradas e divulgadas. É um processo em constante andamento, pois o que está ainda por ser descoberto é muito mais do que aquilo que já conhecemos. Quantos novos objetos, construções e personagens permanecem ocultos sob as relvas que cobrem a maior parte do território de Conimbriga? Talvez nunca saibamos. Mas é fundamental que as histórias ali depositadas, que podem nos ajudar a entender nossas origens e nossa identidade, continuem a ser escritas e contadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Jorge. **O Domínio Romano em Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América Ltda., 1988.

ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert. **O Aqueduto Romano de Conimbriga - Relatório Preliminar**. Porto: Congresso Nacional de Arqueologia, 1974.

ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert. **Fouilles de Conimbriga - Tome I - L'Architecture**. Paris: E. de Bocard, 1979.

ALARCÃO, Pedro. Conservação e Restauração em Conimbriga - projetos e obras. In: **Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos**. v. 25, pp.208-213. Lisboa : DGEMN, 2006.

ALARCÃO, Adília. **Museu Monográfico de Conimbriga : Catalogue**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

ALARCÃO, Adília. **Museu Monográfico de Conimbriga : Catálogo**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1984.

ANTAS, Mário Nuno do Bento. **A Comunicação Educativa como Factor de (re)Valorização do Património Arqueológico - Boas Práticas em Museus de Arqueologia Portugueses**. Tese (Doutorado em Museologia). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2014.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A arqueologia como paradigma de ciência histórica e interdisciplinar. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 32, n. 94, p. 285-308, Dec. 2018 . Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000300285&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. In: **Revista de Arqueologia**, vol.26 nº 2, 2013, pp. 4-15. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2013. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/379>. Acessado em: 22 ago. 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 235-247, 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Importância dos Processos Museológicos para a Preservação do Patrimônio. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, pp. 333-337, 1999. São Paulo: USP, 1999.

BRULON, Bruno César Soares. **Máscaras Guardadas: Musealização e Descolonização**. Tese (Doutorado em Antropologia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 no 2 – 2011. Rio de Janeiro: Unirio, 2011.

CARVALHO, Pedro C. Da leitura do território e dos seus patrimónios ao desenvolvimento sustentável: o papel dos museus e o contributo da arqueologia. In: **Patrimônios e Museus na Contemporaneidade**. Org. Sidélia Teixeira, Salvador: Ed. EDUFBA, 2016.

CHOUQUER, Gérard. **L'analyse de morphologie urbaine: l'exemple de Beja, Portugal**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012.

COELHO, Filipe Manuel Martins. **O Sítio Arqueológico de Conimbriga - Proposta de um Novo Museu**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Coimbra: Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitetura, 2016. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/30909>. Acessado em: 20 ago 2020.

Condeixa: Conimbriga “regressa” durante três dias à vivência romana. Jornal Terras de Sico, 13 jun. 2019. Disponível em: jornalterrasdesico.pt/2019/06/condeixa-conimbriga-regressa-durante-tres-dias-a-vivencia-romana 13 de Junho 2019.

CORREIA, Virgílio Hipólito. Arqueologia, Património Arqueológico e Museus de Arqueologia em Portugal: Realidade e Potencial. In: **Colóquio Internacional “Património cultural e museus em Portugal e no Brasil”**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32578/1/VHCorreia_Arqueologia.pdf. Acessado em: 20 ago. 2020.

CORREIA, Virgílio Hipólito; RUIVO, José. Conimbriga: história, gestão e proteção de uma cidade romana, In: **Arqueologia & História**, Vol. 64-65, 2012-2013. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013.

CORREIA, Virgílio Hipólito. Conimbriga: oitenta anos de um projecto. In: **Al-Madan**, Série (16) Dezembro 2008. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp.71-81, 2008.

CORREIA, Virgílio Hipólito. **Conimbriga - Guia das Ruínas**. Lisboa: DGPC, 2017.

DE MAN, Adriaan Louis. **A Muralha Tardia de Conimbriga**. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/34155519/A_muralha_tardia_de_Conimbriga. Acesso em: 04 out. 2020.

DESCOBRIRAM um pequeno tesouro nas ruínas de Conimbriga! Notícias de Coimbra, 03 out. 2018.

DESVALLÉES, A. & MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Icom, 2013

DGPC. **Estatísticas de visitantes de museus, palácios e monumentos tutelados pela DGPC 2014-2018**. Disponível em: www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estatisticas-dgpc/. Acesso em 05 out. 2020.

DGPC. **Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Monográfico de Conimbriga-Museu Nacional**. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2019.

DGPC. **Museu Monográfico de Conimbriga**. Disponível em: www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-monografico-de-conimbriga/ Acesso em 26 abr. 2021.

DGPC. **Ruínas de Conimbriga**. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70107>. Acesso em 18 maio 2021.

DIOCESE DE COIMBRA. **História da Diocese de Coimbra**. Disponível em: <https://www.diocesedecoimbra.pt/diocese/historia/historia-da-diocese-de-coimbra:295>. Acesso em: 04 out. 2020.

ENCARNAÇÃO, José de. **Epigrafia - As pedras que falam**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

EXPOSIÇÃO revela vestígios mais antigos da ocupação humana em Portugal. O Mirante, 29.06.2011. Disponível em: omirante.pt/semanario/2011-06-29-exposicao-revela-vestigios-mais-antigos-da-ocupacao-humana-em-portugal. Acesso em: 04 out. 2020.

FIGUEIREDO, V. G. B. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções?. In: **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 32, p. 83-118, 2013. Disponível em: www.revistas.usp.br/paam/article/view/88124. Acesso em: 24 abr. 2021.

FABIÃO, Carlos. **Curso “Fortificações Romanas na Lusitânia”**. Palmela: GEsOS - Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2020.

FERNANDES, L. (2020), Do sítio arqueológico ao museu: um percurso (também) didático, in **Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2020, pp. 431 – 445.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2018.

GENOVEZ, Sarita Carneiro. **Análise Estratigráfica - Uma Contribuição ao Projeto de Restauro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU-USP, 2012.

GIRAUDY, D. E BOUILHET, H. (1990). **O Museu e a Vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. ISBN: 85-7041-057-3

GOMES, Liliana Isabel Esteves. A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Conimbriga (1911-1962): um contributo para a memória dos trabalhos de exploração e

escavação arqueológicos. In: **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, XXV [2012], pp. 215-232. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

GONÇALVES, C. V., CARVALHO, J., J. M. L. & TAVARES, J. **Sumário Executivo do Estudo Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social**. Lisboa: Fundação Millennium BCP, 2020.

GONÇALVES, A & MENDES, A., Realidade Virtual na Reconstrução de Ambientes Históricos: o Fórum Flaviano de Conimbriga. In: **Anais do V Simpósio Internacional de Informática Educativa**. Braga, Portugal: 2003. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/27741>, acesso em 29 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Relatório Final da Pesquisa “O ‘Não Público’ dos Museus**: levantamento estatístico sobre o ‘não-ir’ a museus no Distrito Federal”. Brasília: IBRAM, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL (IPHAN). **Carta de Atenas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acessado em: 25 Jan. 2021.

JULIÃO, L. (2006). **Apontamentos sobre a História do Museu**, in: Caderno de Diretrizes Museológicas, volume 1. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. **Arqueologia da Paisagem**. São Paulo: Labeca - USP, 2014. Disponível em: labeca.mae.usp.br/pt-br/bibliografia/author/maria-cristina-kormikiari. Acesso em: 28 abr. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus e LOUREIRO, José Mauro Matheus – «Documento e musealização: entretecendo conceitos», in **MIDAS Museus e Estudos Interdisciplinares**, 1/2013, disponível em <http://midas.revues.org/78>, acessado em 21 jun. 2019.

MACIAS, Santiago. O sul entre Roma e o Islão. In: **Lusa - A Matriz Portuguesa**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2007.

MELLO, J.C. (2015). Arqueologia e musealização *in situ*: das pedras às pessoas, in *Horizonte de la Ciencia* 5 (9), Lima, Dezembro de 2015.

MENDONÇA, Rosiane Limaverde Vilar. **Arqueologia Social Inclusiva: A Fundação Casa Grande e a Gestão do Património Cultural da Chapada do Araripe**. Tese (Doutoramento em Arqueologia. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

MENSCH, Peter. O Objeto de Estudo da Museologia. In: **Pretextos Museológicos**. Rio de Janeiro: UNI-RIO / UGF, 1994.

MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO. In: **Google Arts and Culture**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/national-museum-machado-de-castro?hl=pt-PT>. Acesso em: 18 maio 2021.

MUSEU PORTUGAL ROMANO EM SICÓ (PO.RO.S). **Missão, Visão e Valores**. Disponível em: https://www.poros.pt/pt/content/missao-visao-e-valores-poros_30/. Acesso em: 27 Jan.2021.

OLEIRO, J. M. Bairrão. Conimbriga e alguns dos seus problemas. In: **Hvmanitas**, vol. IV, 1952, pp. 32-44. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1952. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/6870>. Acessado em: 20 ago 2020.

PEREIRA, Felix Alves. Situação Conjectural de Talabriga. In: **Páginas Archeológicas do Museu Ethnológico Português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em <https://www.gutenberg.org/files/30071/30071-h/30071-h.htm>. Acesso em 18 maio 2021.

PESSOA, Miguel. Conimbriga, Almedina de Condeixa-a-Velha. In: **Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal**, volume XXXVIII, pp.183-279. Coimbra: Biblioteca Municipal, 2005.

RENDEIRO, Humberto. **Os Tesouros Nacionais de Conimbriga**. Disponível em: https://www.academia.edu/43286681/Os_Tesouros_Nacionais_de_Conimbriga. Coimbra: MMC-MN, 2014.

ROBERT, Sandrine. **Sources et techniques de l'archéogéographie**. Besançon, França: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2011.

SALADINO, A. A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010). **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 51, n. 7, 26 Jun. 2016.

SILVA, Ricardo Costeira da. **Coroamentos de Ara**. Mensagem recebida por newton@sapo.pt em 23 dez. 2020.

SALLÉS, Jaime Mujica et al. Protocolo de Ingresso de Acervos Arqueológicos em Instituições de Guarda e Pesquisa: Uma Proposta do Lâmina/Ufpel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo - RS. In: **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, SP v.11 n.2 pp. 6-24, Novembro/2017.

SANTOS, Irmina Doneux. Um conto de três cidades: a Urbs; Ammaia, a colônia *ex nihilo*; e Conimbriga, a adaptação dos *oppida* lusitanos. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnografia*, 32: 57-78, 2019. São Paulo: MAE-USP, 2019.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (UC), s/d. **O Museu do Instituto**. Disponível em: www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/instituto/museu. Acessado em 27 Jan. 2021.

VARINE, Hugues de. **O museu comunitário é herético?** Disponível em: <http://www.hugues-devarine.eu/book/view/53>. Acessado em: 26 jan. 2021.

VIAS ROMANAS. **Itinerário XVI**. Disponível em: viasromanas.pt/#braga_lisboa. Acesso em 04 out. 2020.